ÓRGÃO CENTRAL
DO
PARTIDO COMUNISTA
PORTUGUÊS

Director
António Dias Lourenço

Avante!

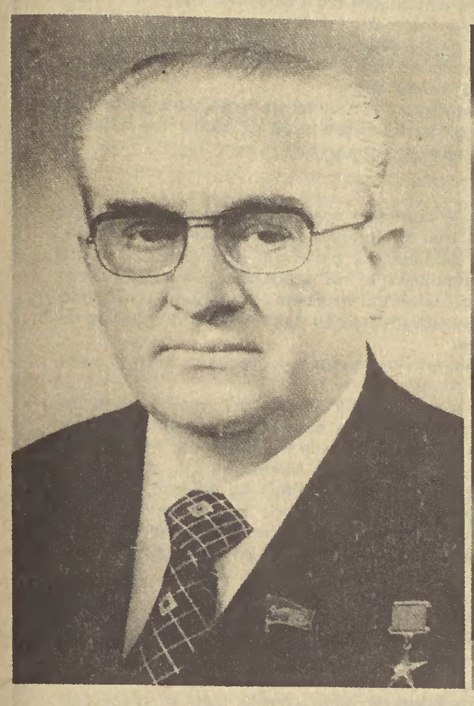
Proletários de todos os países: UNI-VOS!

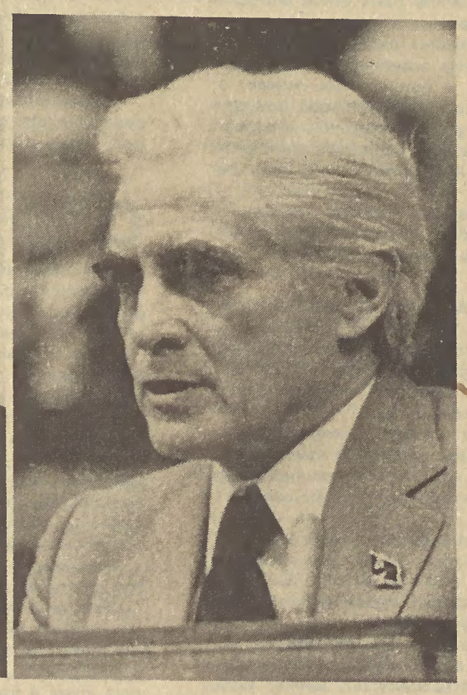
Ano 53 – Série VII – N.º 501
11 de Agosto de 1983

Preço: 20$00

SEMANÁRIO

Propriedade do Partido Comunista Português Dir./Red. – Soeiro Pereira Gomes, 1699 Lisboa-CODEX Tel. 76 97 25 – Telex 18390 Composição e impressão – Heska Portuguesa Distribuição – *CDL*, R. Santos Dumont, 57-2.º – 1000 Lisboa



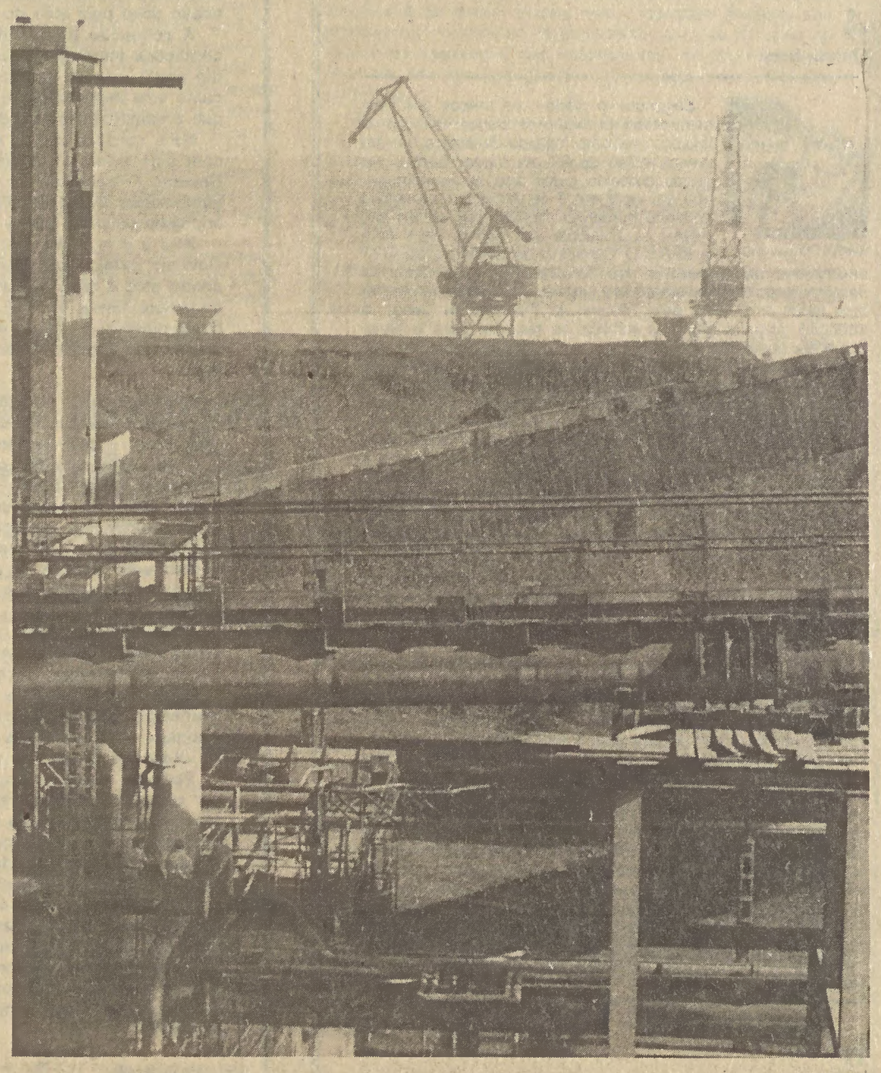


Encontro de A. Cunhal com Iuri Andrópov

Pág. 2

Os acordos com o FMI lesam Portugal

Ler Editorial na pág. 2



Posições do Governo e de conselhos de gerência agravam conflitos em grandes empresas. Exemplo da semana – a Siderurgia Nacional: hoje prevista nova paralisação

Pág. 7

EXPOSIÇÃO sobre a VIDA e LUTA do PCP

- Em 1981 foi apresentada em Lisboa com grande sucesso, no Pavilhão dos Desportos, e depois na Festa do "Avante!", uma EXPOSIÇÃO COMEMORATIVA DO 60.º ANIVERSÁRIO DO PCP.
- Uma exposição resumida desta foi posteriormente apresentada em várias capitais da Europa (Budapeste, Moscovo, Sófia, Berlim e Praga).
- É esta Exposição que durante 10 dias é agora apresentada na cidade do Porto. Durante a Exposição funcionará permanentemente um Auditório com a apresentação de filmes e diaporamas, e um stand de livros e discos.

Porto

12 a 21 AGOSTO

PALÁCIO DE CRISTAL

Pág. 6

Suplemento / Avante!

Ano 53 – Série VII
N.º 501
11 de Agosto de 1983
Suplemento n.º 67
Não pode ser vendido separadamente

festa do Avante! 1983

Uma Festa nova!

Os artistas da Festa

festa do Avante!

Pág. 5

Conjunto Coral e de Dança dos Cossacos de Cuban

SEMANA

3
Quarta-feira

Conselho de Ministros decidiu conceder à ANOP um subsídio para pagamento dos salários de Junho, mas recusa-se a assumir compromissos quanto a pagamento de outros salários em atraso e verbas necessárias ao normal funcionamento da Agência ■ Segundo a CGTP-IN, referindo dados oficiais, o desemprego atinge 11 por cento da população activa e um total de 470 mil trabalhadores. Segundo a mesma fonte, como reflexo do desemprego a produção perdida em 1982 foi superior a 200 milhões de contos ■ As negociações START sobre a redução de armas estratégicas, que têm decorrido em Genebra entre a URSS e os EUA, foram interrompidas para recomeçar em Outubro. Ambos os negociadores manifestaram a esperança de que venham a ser «positivas» ■ Enquanto no Uruguai o governo reforça medidas repressivas, no Chile está em curso a organização da quarta jornada nacional de protesto contra o regime de Pinhochet.

4
Quinta-feira

Bettino Craxi

Segundo «o diário», os preços dos passes sociais na região de Lisboa sofrerão no início do próximo mês de Setembro um aumento médio de 30 por cento. Será o segundo aumento deste ano (o primeiro entrou em vigor em 7 de Janeiro) e elevará o aumento percentual no decurso destes oito meses para valores que variam entre 62,6 e 69,8 ■ O Conselho de Gerência da RTP anunciou a representantes dos trabalhadores despedidos na sequência do 25 de Novembro, agora mandados reintegrar com todos os direitos pelo Tribunal do Trabalho de Lisboa, a intenção daquela empresa pública de recorrer para a Relação ■ Na sequência de uma vaga repressiva lançada nos últimos dias pelo governo de Sri Lanka contra os partidos da oposição, foram presos numerosos dirigentes partidários, entre os quais o secretário-geral do Partido Comunista. Outras notícias dão conta da prisão de cerca de meio milhar de pessoas, por «violação do recolher obrigatório» ■ Bettino Craxi toma posse como primeiro-ministro do 44.º governo italiano após a derrota do fascismo e proclamação da República. É o primeiro socialista a chefiar em Itália um governo, no qual a Democracia Cristã mantém, contudo, a maioria absoluta dos ministros.

5
Sexta-feira

Álvaro Cunhal, secretário-geral do PCP, que se encontra em Moscovo a convite do CC do PCUS, é recebido por Iúri Andrópov, secretário-geral do PCUS e Chefe de Estado da URSS. Segundo a agência Novosti, os dois dirigentes examinaram questões relacionadas com a luta pela paz e outras de importância internacional, com o desenvolvimento das relações entre os dois partidos e o reforço dos laços de amizades entre o povo português e o povo soviético ■ Um informador do Banco de Portugal confirma à Anop que estão em curso negociações para a venda de uma nova fatia das nossas reservas de ouro (que segundo estimativa não definitiva podem ser cerca de 30 toneladas) para garantir um novo empréstimo de 400 milhões de dólares contraído em Março passado junto do Banco para os Pagamentos Internacionais ■ Um movimento militar integrado por soldados, sargentos e oficiais derrubou hoje o governo do Alto Volta para, segundo a proclamação difundida, «devolver ao povo a sua independência, a sua honra, a sua dignidade e a sua liberdade».

6
Sábado

Segundo os jornais, estão prestes a concluir-se as negociações com o FMI para um novo empréstimo de 300 milhões de dólares, integralmente destinado a pagar, em divisas, juros de empréstimos anteriores. As contrapartidas impostas pelo FMI serão cortes nos orçamentos, subida dos preços, aumento do desemprego, redução dos salários reais ■ Com destaque para as manifestações realizadas no Japão, nos Estados Unidos e na Grã-Bretanha, muitos milhares de pessoas incorporaram-se em todo o mundo em acções de protesto e de dor pelas vítimas de Hiroshima, da primeira bomba atómica lançada pelos Estados Unidos sobre esta cidade japonesa no dia 6 de Agosto de 1945. Morreram então mais de cem mil pessoas.

7
Domingo

B. Mondego: as reivindicações

Agricultores do Baixo Mondego aprovam em Montemor-o-Velho um caderno reclamativo da lavoura da região. A iniciativa pertenceu à Federação das Uniões e Ligas dos Agricultores do Baixo Mondego e reuniu produtores de gado, arroz, batata, milho, vinho e leite, que reclamaram designadamente a garantia para o escoamento das produções agrícolas e pecuárias a preços por eles considerados justos, o pagamento das dívidas oficiais à lavoura, a indemnização do arroz e a actualização do subsídio do gasóleo ■ Segundo o Serviço de Estatísticas do Ministério do Trabalho, 11,1 por cento dos trabalhadores no activo são contratados a prazo. Na construção civil — que é a indústria mais atingida pelo desemprego — esta percentagem sobe para 41,3 por cento ■ Comités de Defesa da Revolução estão a ser constituídos pela população, ao apelo do Conselho Nacional da Revolução que encabeça o novo regime no Alto Volta.

8
Segunda-feira

O Governo português e o FMI acordaram hoje na redacção final do novo acordo negociado para a concessão de um novo empréstimo a Portugal. Segundo uma fonte oficial, «as negociações decorreram na base da necessidade central de reduzir o défice da Balança de Transacções Correntes, no sentido de evitar o crescimento da dívida externa». De facto, para o povo português, os reflexos imediatos serão «uma forte diminuição da procura interna, com a redução do consumo público, do consumo privado e dos investimentos». Sabe-se que, no que se refere ao sector empresarial do Estado, o FMI pretende o congelamento total dos investimentos. Sabe-se, por outro lado, que por decisão governamental os investimentos neste sector estão suspensos «até ao fim do corrente mês» ■ Novo salto na cotação do dólar (que atingiu hoje em Lisboa um valor recorde de 124$35) provocado pela já esperada subida da taxa de juro nos principais bancos norte-americanos — medida desencadeada pela Secretaria do Tesouro para incentivar a transferência de capitais para financiar o défice orçamental dos EUA.

9
Terça-feira

Octávio Pato

O acordo com o FMI, hoje assinado, formaliza um empréstimo a Portugal de 300 milhões de dólares e prevê, afirma-se, um crédito de mais 100 milhões de dólares «para fazer face a situações de quebra das exportações portuguesas» por motivos externos à economia nacional. Consumado que estava (embora não assinado) este acordo, a oposição foi ontem convidada pelo Governo a dar sobre a matéria o seu parecer. Octávio Pato, que chefiou a delegação do PCP, afirmou no final que «o novo acordo coloca o País de joelhos perante o imperialismo» e que «não leva a qualquer solução dos problemas da economia nacional, antes os vai agravar» ■ Um golpe militar depôs ontem, na Guatemala, o general Rios Montt, substituído como chefe de Estado por Óscar Mejia, um outro general até agora ministro da Defesa. São conhecidos os frequentes contactos deste com as autoridades militares americanas que comandam vasos de guerra nas costas de Salvador e das Honduras

Editorial

OS ACORDOS COM O FMI LESAM PORTUGAL

A assinatura da chamada «carta de intenções» com o FMI (Fundo Monetário Internacional) pode considerar-se desde já uma questão arrumada.

Com ela um passo carregado de consequências nefastas para o País foi dado.

O acordo definitivo será firmado no próximo Outono e é de facto um verdadeiro «outono» da nossa situação económica e financeira seguido de um duro «inverno» sem primavera à vista no plano social o que se prepara para o nosso povo pela mão do Governo Soares/Mota Pinto.

A coligação governante procura apresentar as duras condições impostas pelo «Fundo» para a concessão de um novo «grande empréstimo» (480 milhões de dólares) como uma inevitabilidade resultante do estado caótico em que a administração da defunta «AD» deixou o País.

Se é verdade que a administração da falida «AD» — com cujo principal partido o PS acabou por se aliar no Governo — conduziu Portugal à beira da catástrofe, a argumentação de inevitabilidade da aceitação das condições impostas pelo FMI não é aceitável.

Não é a primeira vez que depois do 25 de Abril um Governo dirigido por Mário Soares outra solução não encontra para a crise que abala o País senão a mendicância de empréstimos ao FMI em condições que abertamente comprometem a nossa independência nacional e tornam ainda mais pesado o fardo da crise para o Povo português.

As duras condições de concessão deste novo empréstimo — pelo menos as que chegaram oficiosamente ao conhecimento público pelas vias da comunicação social, oriundas dos círculos da coligação governante — são altamente preocupantes para os portugueses.

As exigências restritivas do nosso desenvolvimento económico pelo FMI que o Governo Soares/Mota Pinto aceitou sem reagir e as graves restrições de carácter social que comportam são inaceitáveis para o povo trabalhador.

O que já se conhece, sem qualquer desmentido do Governo, atingirá duramente o poder de compra das massas, o nível do emprego, as regalias sociais de quem trabalha.

Mário Soares e outros socialistas dos seu grupo propagandearam com frequência durante a campanha eleitoral o «slogan» — «deixem-nos vencer a crise».

«Vencer a crise» nas condições ditadas pelo FMI?

Pode-se acaso vencer a crise aceitando a queda de 5 por cento nos salários reais dos trabalhadores quando se prevê para este ano uma taxa de inflação superior a 25% e aceitando que o desemprego possa atingir a cifra de um milhão de desempregados em meados de 1984, isto é, mais do dobro do número actual, tudo em nome de um injusto critério de redução do consumo privado? Pode-se aceitar uma nova escalada dos preços em níveis incomportáveis para a subsistência de milhões de famílias?

Pode-se acaso vencer a crise aceitando novas restrições à nossa capacidade produtiva que apontam já para um recuo de 1 por cento no volume do nosso produto interno?

Pode-se por outro lado «vencer a crise» aceitando para já o aumento da «desvalorização deslizante» do escudo de 1 por cento ao mês — o dobro da que foi introduzida por Cavaco e Silva no primeiro governo «AD» — o que à partida representa uma desvalorização de mais 12 por cento ao fim de 1 ano?

Isto depois da desvalorização brutal de 23,5 por cento por três vezes, a acrescentar à «deslizante» de 0,75 a 1% ao mês desde há pouco menos de 8 meses?

Pode-se acaso «vencer a crise» aceitando o encerramento de empresas do Sector Público e Empresarial do Estado e a redução de 40% dos seus efectivos — o que pode levar a cerca de 100 000 despedimentos nos próximos 10 meses — e além disso aceitar a falência compulsiva de muitas pequenas e médias empresas privadas devido às restrições do crédito, à quebra (em alguns casos total) do investimento e à nova subida programada e imediata de 2 e 2,5% na taxa de juro?

Pode-se acaso aceitar, como forma de «vencer a crise» que se concretize a ameaça do ministro das Finanças e do Plano de «se for necessário, mandar parar obras públicas já em curso» — o que representaria a paragem já falada nas áreas do Governo dos projectos siderúrgico e petroquímico de Sines, de importância essencial para o nosso desenvolvimento económico, e ainda, entre outras, o abandono definitivo do projecto do Alqueva que nos garantiria uma notável subida da produção agrícola e pecuária, a possibilidade de culturas agro-industriais e de produção de energia e além disso a abertura de mais de 25 000 postos de trabalho?

É evidente que tais medidas não somente não permitem «vencer a crise» como ainda a agravarão numa escala mais elevada e num ritmo mais intenso.

As brutais exigências do FMI que o Governo Soares/Mota Pinto se prepara para aceitar servilmente e considera inevitáveis acabarão por colocar ainda mais sob o vínculo dos interesses do grande capital estrangeiro e do imperialismo a nossa vida económica e financeira e a nossa independência nacional.

O FMI é um instrumento da política financeira tentacular e expansionista das potências capitalistas mais desenvolvidas. É também na hora actual um instrumento de pressão económica, política e militar contra os países subdesenvolvidos.

Os sete principais países capitalistas mais ricos (Estados Unidos, RFA, Inglaterra, França, Japão, Canadá e Itália) detinham em Dezembro de 1982 mais de 53% dos capitais do FMI, cabendo só aos Estados Unidos cerca de 23% no total dos 142 países participantes.

Portugal tem sofrido numa escala nefasta a ofensiva do dólar que com as sucessivas desvalorizações do escudo galgou de uma cotação de 89 escudos em Janeiro para 123 no momento actual.

Se tivermos em conta que o nosso défice comercial com os Estados Unidos foi em 1982 o maior de todos, no montante de mais de 60,5 milhões de contos, ficaremos com uma visão mais nítida do grau de dependência de Portugal relativamente ao imperialismo americano, resultante da aceitação servil pelo Governo Soares/Mota Pinto das brutais condições do FMI.

Daqui até à assinatura do acordo definitivo no Outono iremos assistir às «curvaturas da espinha» dos actuais governantes para se mostrarem «merecedores» da «dádiva» do FMI...

Como disse um destacado membro das Forças Armadas que, aliás, não morre de simpatias pelo PCP, o Governo «não só arreou as calças como despiu as cuecas»...

Ninguém ignora a gravidade da crise actual e ainda menos o PCP. Sabemos que o descalabro económico e financeiro do País atingiu um ponto que exige rigorosas medidas de saneamento financeiro que ponham um travão à crise e abram o caminho à nossa recuperação económica e ao bem-estar social.

Mário Soares, Mota Pinto & C.ª põem agora a questão da inevitabilidade dos acordos com o FMI, atribuindo em exclusivo as responsabilidades da crise aos que os antecederam no Governo.

Respondem aos críticos da sua nefasta política com uma «inocente» pergunta: «Que querem que façamos numa situação como a que nos deixaram?»

Silenciam, obviamente, um factor essencial da crise que os toca de maneira particular e directa — a sua própria responsabilidade; a crise é principalmente uma consequência da política de recuperação capitalista, latifundista e imperialista de que ambos foram e são destacados executores e artífices.

Soares e Mota Pinto atacam o sector público e empresarial do Estado por dentro e por fora, pretendem responsabilizá-lo pelo cancro financeiro, mas calam as suas próprias responsabilidades e até falseiam os dados reais da situação actual das empresas públicas.

O Governo afirma que as empresas do sector público são as maiores responsáveis pela Dívida Externa mas silenciam que o Estado deve, só à Rodoviária Nacional, à CP, à Petrogal e à Quimigal mais de 70 milhões de contos; o Governo cala o facto de o sector empresarial do Estado ter contribuído para o OGE com 7,1 milhões de contos em 1980; 12,8 milhões em 1981; 14 milhões em 1982, prevendo-se 32,7 milhões em 1983

Soares, Mota Pinto & C.ª comportam-se, ante as dificuldades actuais, da forma a que já de há muito nos habituaram: fazem o mal e a caramunha!

O PCP não é contrário aos empréstimos estrangeiros sempre que a situação o exija. Rejeita, sim, condições políticas da parte dos usurários, é contra ingerências injustificáveis na aplicação dos créditos estrangeiros e nos critérios de gestão financeira do Estado português, é pela diversificação das fontes e das linhas de crédito externas.

E neste momento a situação portuguesa está à beira do colapso.

O PCP tem a consciência de que o objectivo mais urgente do nosso saneamento económico e financeiro é a redução do défice da Balança de Pagamentos, em particular da Balança de Transacções Correntes que atingiu em 1982 a elevada cifra de 2600 milhões de dólares.

Este objectivo imediato só pode ser obtido em condições úteis para o País em duas direcções fundamentais: o aumento da produção e a redução das importações.

Esta era já, aliás, a posição do PCP quando dos acordos anteriores com o FMI.

Portugal tem condições para aumentar a sua produção em sectores vitais para o País que não exigem participação relevante da componente estrangeira de importação.

Importámos em 1982 cerca de 1 870 000 contos em animais vivos e produtos do reino animal, mais de 4 850 000 contos de produtos do reino vegetal, dos quais cerca de 3 200 000 de cereais e oleaginosas. Importámos de alimentação e bebidas mais de 1 300 000 contos.

É ou não possível incrementar entre nós a produção destes produtos?

A VII Conferência da Reforma Agrária respondeu positivamente a esta questão. Elevados níveis de produção por hectare foram atingidos pelas UCPs/Cooperativas para os cereais e os produtos horto-industriais, as áreas cultivadas ampliaram-se; culturas novas como as do tabaco e do girassol tiveram e podem continuar a ter notáveis progressos; se o Alqueva avançasse poderíamos tentar a produção de beterraba sacarina que nos libertaria duma grande parte das importações de açúcar e confeitaria que ascendem a mais de 550 000 contos/ano.

Por outro lado Portugal é rico em minérios de ferro, de cobre, mesmo urânio, temos algumas reservas de carvão e estão por aproveitar importantes recursos hídricos e outros para a produção de energia.

E temos uma tecnologia capaz de responder às exigências imediatas de aumentar certos ramos da nossa produção industrial.

Por outro lado uma política de redução equilibrada das importações deveria incidir com a máxima severidade sobre as importações de produtos sumptuários (as «espadas», as jóias e outros artigos supérfluos) que agravam fortemente a nossa Balança Comercial.

E tomar severas medidas contra a fuga de capitais, actividade dolosa e antinacional a que se entregam os grandes possuidores e especuladores capitalistas...

Como se vê há outros rumos e outras formas de libertar o País das suas dificuldades actuais diferentes das que o Governo Soares/Mota Pinto servilmente negociou com o FMI.

Os acordos com o FMI, tal como os encara o Governo, lesam Portugal.

Nós pensamos que não é ainda tarde para mudar de política nesta questão dos empréstimos estrangeiros e de renegociar em condições mais vantajosas para o nosso país — como outros países o conseguiram — os acordos agora assinados com o FMI. Os interesses do País assim o exigem.

Encontro de A. Cunhal com Youri Andrópov

Realizou-se no passado dia 5 em Moscovo um encontro entre Álvaro Cunhal, secretário-geral do PCP, e Youri Andrópov, secretário-geral do PCUS e presidente do Presidium do Soviete Supremo da URSS. Álvaro Cunhal encontra-se na URSS a convite do CC do PCUS.

O encontro, a que também estiveram presentes Boris Ponomarev, suplente do Bureau Político e secretário do CC do PCUS, e Andrei Alexandrov, do CC do PCUS e assistente do secretário-geral do CC do PCUS, decorreu numa atmosfera de cordialidade e amizade, tendo proporcionando uma circunstanciada troca de pontos de vista sobre os problemas da actualidade internacional e as actividades do PCUS e do PCP.

Os problemas da luta pela paz, da prevenção do perigo de uma guerra nuclear, foram examinados prioritariamente.

Foi constatado que o PCUS e o PCP têm posições idênticas sobre a situação internacional, assim como comungam da opinião de que os interesses dos povos da Europa e do Mundo implicam uma resposta enérgica à política agressiva do imperialismo americano, e de que é indispensável pôr termo à corrida aos armamentos e afastar da Humanidade o perigo da guerra nuclear.

Y. Andrópov fez o ponto da situação nas negociações de Genebra sobre a redução das armas nucleares de médio alcance na Europa, referiu-se aos esforços da União Soviética no sentido de alcançar nestas negociações um acordo aceitável para as duas partes que ponha termo à corrida aos armamentos nucleares na Europa e evite o perigoso aumento da ameaça de guerra, e evocou as propostas construtivas da União Soviética. Acentuou, por outro lado, que em consequência da posição não construtiva dos EUA, procurando romper em seu favor o equilíbrio das forças no continente, as negociações de Genebra praticamente marcam passo e os povos europeus correm o risco de enfrentar uma situação muito perigosa, ameaçadora para sua vida em paz e para o seu futuro.

O PCUS tenta fazer tudo para evitar tais consequências e, neste contexto, dá a maior importância à cooperação activa dos países da comunidade socialista, à acção conjunta com as forças que lutam pela paz de todos os países.

Álvaro Cunhal referiu-se às actividades do Partido Comunista Português, à luta do PCP em defesa dos interesses do povo trabalhador, das conquistas democráticas da revolução de Abril de 1974, à luta pela paz e pela seguraça em Portugal e na Europa. Apreciou positivamente as propostas concretas da URSS e dos seus aliados tendo em vista a distensão do clima internacional, propostas que constituem uma base sólida para o estabelecimento de acordos que evitem à Humanidade a corrida aos armamentos e o perigo da guerra nuclear.

Youri Andrópov e Álvaro Cunhal reafirmaram a solidariedade do PCUS e do PCP com os participantes no movimento popular de massas contra a guerra, com os povos em luta pela sua independência e a sua soberania, contra o neocolonialismo, o racismo e o fascismo, contra a política imperialista de **diktat**, de ameaças e de intervenções.

Os interlocutores exprimiram a vontade das duas partes de contribuir por todos os meios para a promoção de relações equilibradas e reciprocamente vantajosas entre Portugal e a URSS e para a amizade entre os povos soviético e português.

Depois de ter manifestado profunda satisfação pelo carácter das fraternais relações entre o PCUS e o PCP, Youri Andrópov e Álvaro Cunhal sublinharam a firme vontade dos respectivos partidos em consolidar a unidade e alargar a frutuosa cooperação recíproca na base dos princípios do marxismo-leninismo e do internacionalismo proletário.

Preços e escoamento mobilizam agricultores

Uma campanha de alcance nacional para erradicação da peripneumonia, ou pelo menos para combate seguro à doença que ataca o gado de norte a sul do País, foi exigida em Coimbra pela Confederação Nacional da Agricultura. A CNA reclamou também o devido valor pelos bovinos abatidos nessas condições, bem como a compra pela Junta Nacional dos Produtos Pecuários dos animais que os produtores se vejam obrigados a vender. Um dirigente da CNA protestava entretanto contra as dificuldades que o Governo levanta aos contactos com aquela organização representativa dos lavradores, enquanto mostra a maior das receptividades a qualquer gesto da CAP. Neste espaço de uma semana, entre 1 e 8 do corrente, de notar foi também a aprovação de um caderno reclamativo pelos lavradores da zona do Baixo Mondego.

Com participação desusada o caderno foi aprovado numa ampla assembleia que reuniu agricultores das zonas da Figueira da Foz, Montemor-o-Velho, Cantanhede, Coimbra, Mira, Condeixa e Soure. Compareceram produtores de vinho, leite, batata, milho, arroz e gado.

Como tem acontecido um pouco por todo o País, com médios e pequenos produtores da lavoura e da pecuária, um dos principais problemas levantados foi a garantia dos preços e do escoamento dos produtos.

Não é por falta de organismos oficiais que isso não é feito, e foram lembradas as Juntas Nacional das Fruta, dos Produtos Pecuários, do Vinho e a EPAC (Empresa Pública de Abastecimento de Cereais).

Na reunião em que foi aprovado o caderno reclamativo do Baixo Mondego, foram anunciados objectivos e metas a atingir no campo cooperativo, quanto às medidas para combater a peripneumonia, quanto ao arroz, aos preços do leite e as dívidas oficiais à lavoura, que devem ser pagas imediatamente.

Concurso da FSMMMP «A Arte no Trabalho»

Com a inauguração prevista para 30 de Setembro próximo na Casa do Alentejo em Lisboa está a ser organizada pela Federação dos Sindicatos da Metalurgia, Metalomecânica e Minas de Portugal uma exposição-concurso intitulada «A Arte no Trabalho».

O certame, «iniciativa cultural» que se caracteriza «como concurso-participação e não como concurso-competição» (esclarece a FSMMMP) encerrará em 9 de Outubro, no âmbito das comemorações do 13.º aniversário da CGTP.

Num apelo à participação, aquela estrutura intermédia da Central, sublinha que a exposição resulta «do desejo manifestado por alguns sindicatos», e tem por base «algumas iniciativas idênticas» já levadas a cabo a nível sindical e de empresa.

Avante!
Proletários de todos os países: UNI-VOS!

O jornal dos trabalhadores da democracia e do socialismo

PROPRIEDADE: *Partido Comunista Português*. Rua Soeiro Pereira Gomes – 1699 – Lisboa CODEX. Tel. 768345

ADMINISTRAÇÃO: *Editorial Avante, SARL*. Av. Santos Dumont, 57-3.º Dt.º - 1000 Lisboa Tel. 769744/769751.

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro Pereira Gomes – 1699 Lisboa CODEX. Tel. 769725/769722.

DISTRIBUIÇÃO: *CDL, Central Distribuidora Livreira, SARL*. **Serviços Centrais:** Av. Santos Dumont, 57 – 2.º – 1000 Lisboa. Tel. 779828/779825/769751.

Casa da Venda em Lisboa: Rua do Século, 80 – 1200 Lisboa. Tel. 372238.

Centro Distribuidor de Évora: Alcarcova de Baixo, 13 – 7000 Évora. Tel. 26361.

Centro Distribuidor de Faro: Rua 1.º de Dezembro, 23 – 8000 Faro. Tel. 24417.

Delegação do Norte Centro Distribuidor do Porto: R. Miguel Bombarda, 578 – 4000 Porto. Tel. 693908/699615.

Centro Distribuidor de Coimbra: Terreiro da Erva, 6 – 3000 Coimbra. Tel. 28394.

ASSINATURAS: Av. Santos Dumont, 57-4.º Esq.º – 1000 Lisboa. Tel. 766402.

EXPEDIÇÃO: R. João de Deus, 24 – Venda Nova – 2700 Amadora. Tel. 900044.

PUBLICIDADE CENTRAL: Alameda St.º António dos Capuchos, 6-B – 1100 Lisboa. Tel. 776936/776750. *Porto* – Rua do Almada, 18-2.º Esq.º – 4000 Porto. Tel. 381067.

Composto e impreso na Heska Portuguesa – R. Elias Garcia, 27 - Venda Nova – 2700 Amadora

Depósito legal n.º 205/82

Tiragem do mês de Julho: 45 738

Nacional

Norte e Centro

Graves situações em empresas e nos campos

• Trabalhadores respondem com luta e solidariedade

As graves situações que se vivem nos perímetros industriais de Lisboa, Porto e Setúbal são também o lote diário de empresas de outras regiões do país, como Braga e outras localidades minhotas, Alcobaça, a região de Leiria. Como nas empresas, devido em especial aos atrasos no pagamento de salários e à insegurança do emprego, a situação na lavoura é por sua vez motivo de movimentação de pequenos e médios produtores duramente atingidos e preocupados com o futuro da política do Governo para a lavoura nessas e noutras zonas do país.

No seguimento de outras informações, que na medida do possível temos veiculado no «Avante!», merecem relevo as lutas dos trabalhadores em empresas do Norte e Centro como a **Carides** em greve prolongada, que teve início em 13 de Julho, a **Sotex** onde os trabalhadores, após a greve, decidiram recomeçar a luta depois das férias de Agosto, se a mesma situação se mantiver, na **Empresa de Vermoim** onde a luta, como nos outros casos, tem sido acompanhada por contactos com órgãos do poder, por acções de agitação e solidariedade do movimento sindical, por uma proposta da APU aprovada na Assembleia Municipal de Vila Nova de Famalicão, apoiando solidariamente as lutas (com abstenção do PS e do CDS) e por uma grande marcha da fome em Vila Nova de Famalicão, em que participaram recentemente trabalhadores das empresas em greve, outros com salários em atraso e delegações de trabalhadores de todo o distrito que desfilaram até à Câmara Municipal, com bandeiras negras e faixas reclamando o uso dos seus direitos.

A tendência é para alastrar

Dificuldades e problemas tendem a alastrar. Na **Sotex**, embora suspendendo a greve e tendo conseguido receber metade dos salários de Maio, os trabalhadores não têm motivos para desmobilizar, pois o que existia de concreto ainda há dias era apenas um compromisso patronal de pagar a outra metade de Maio em 5 de Agosto.

Na **Empresa de Vermoim** os trabalhadores decidiram manter-se em greve durante o mês em curso, com os piquetes de greve dentro da empresa, já que em meados da primeira semana de Agosto continuavam sem garantias de pagamento dos salários em atraso.

Na **Carides** os trabalhadores apenas receberam 3 meses de salários que a entidade patronal já devia desde 1981. Para esse pagamento foi necessário recorrer a um subsídio de 2800 contos da Secretaria de Estado do Emprego. A greve foi suspensa, mas a situação está longe de ser normal, pois continuam por pagar salários deste ano.

No **distrito de Leiria** e principalmente na zona de **Alcobaça**os atrasos no pagamento de salários iam desde os 4 aos 8 meses e uma empresa, a **Fiação e Tecidos**, estava ainda há pouco parcialmente paralisada por falta de matéria-prima. A **Motagro** estava por seu turno prestes a encerrar por falta de trabalho. A **Olaria de Alcobaça** tinha oito meses de salários atrasados e a **Abadia** quatro.

A **União dos Sindicatos do Distrito de Leiria**, visto existirem já «bastantes empresas em situação difícil», e tendo em conta que «as medidas tomadas até agora não vão no sentido de minorar essas situações, mas de agravá-las», exigiam recentemente que o Governo tomasse «medidas adequadas no sentido de salvaguardar os postos de trabalho e viabilizar as empresas».

O direito ao trabalho era invocada pela União sindical que reclamava o pagamento dos salários atrasados através do Fundo de Desemprego e a aplicação das medidas propostas ao Governo pela CGTP.

Mais de 6000 só em Braga

As empresas minhotas que mencionámos há pouco empregam um total de 1320 trabalhadores, sobretudo trabalhadoras, operárias do sector têxtil e vestuário – 300 na **Sotex**; 800 na **Carides** e 220 na **Vermoim**. Mas o total dos atrasados atingia no princípio de Agosto 6372 trabalhadores têxteis do distrito de Braga.

A gravidade das situações obrigou à luta, como se disse, e também ao reforço da unidade, intervindo através de comunicados de apoio organizações operárias católicas.

Além das empresas já referidas, havia também salários em atraso, no princípio de Agosto, na **Sampaio Ferreira** de Riba de Ave (1440 trabalhadores), **Fiação e Tecidos da Carreira** (160) **Sociedade Têxtil Polan** (203), **Tofir** (110), **Ulmalha** (25), **Martolex** (65), **Malhas Varcélia** (58), **Malhas Tesi** (45), **Fábrica de Tecidos de Delães** (150), **Barcelense** (480), **Fábrica de Malhas Albi** (220), **Mendes e Andrade** (120), **Arnaldo Cardoso** (40) e **M. Almeida** (90).

Embora diferindo de empresa para empresa havia em 1 do corrente situações de irregularidade quanto a remunerações nessas e em outras empresas do distrito de Braga.

O Partido intervém

Quer através de organizações nos locais de trabalho, de âmbito sindical ou outras, quer através de organizações regionais e locais do PCP, quer ainda através de documentação assinada apenas por representantes dos trabalhadores em luta, os comunistas e outros democratas apoiam dentro e fora das empresas as melhores soluções para os casos concretos que vão surgindo, e só apoiam o recurso à greve quando as outras formas de intervenção, protesto e luta estão esgotadas ou foram inúteis.

Além da forte mobilização, factor notório é também a intervenção junto dos órgãos do poder, que em nenhuma situação é esquecida pelos trabalhadores organizados.

Ao mesmo tempo a política governamental é alvo de protestos pelas facilidades que permite e promete ao patronato sabotador e que pretende resolver todos os problemas através dos despedimentos, da insegurança dos postos de trabalho e da divisão.

Defesa dos lavradores

Em várias regiões, nomeadamente **Viseu, Braga, Coimbra (Baixo Mondego), Leiria, Cova da Beira,** lavradores e pequenos produtores de gado faziam sentir ao Governo a impossibilidade de subsistirem sem créditos, sem garantia de escoamento dos produtos e com a insuportável carestia dos produtos essenciais à lavoura e à criação de gado, afectado este ultimamente pela peripneumonia, designadamente no Norte do país.

Além de grupos de agricultores, como recentemente na **Covilhã**, os da Cova da Beira, actuam já para além das organizações existentes, comissões de defesa dos interesses imediatos dessa grande camada da população afectada por uma política virada contra eles.

É o caso da comissão de defesa dos agricultores do distrito de Braga, que tem desenvolvido proveitosa actividade no sentido da unidade e maior intervenção dos lavradores na solução dos problemas económicos que lhes dizem directamente respeito.

Ainda em 2 do corrente a **CDADE** distribuía mais um telex, com as diligências que empreendera recentemente de acordo com decisões dos encontros realizados em Braga, Vila Nova de Famalicão, Barcelos e Vila Verde.

Uma delegação da **CDADE**, que acabava de avistar-se com o governador civil e com o director dos Serviços de Sanidade Animal, na Estação Agrária de Lamaçães, sublinhava «com satisfação **o aumento do preço do gado abatido**, como resultado da justa e generalizada reclamação dos agricultores de que a CDADE se fez porta-voz, e garante – acrescentava o comunicado – que continuará vigilante e atenta para que, com os agricultores da região, sejam alcançadas as restantes reclamações apresentadas» pelos lavradores.

O PCP e a situação política

Os aumentos de preços

1. Os elevados aumentos de preços dos transportes (30% nos passes sociais) que se anunciam para o início de Setembro, depois de aumentos do mesmo montante ocorridos em Janeiro, confirmam que o Governo PS-PSD manifesta um completo desprezo e insensibilidade pela grave situação económica e social da população laboriosa.

2. Está hoje perfeitamente claro que, fazendo com que os aumentos de preços dos transportes subam em nove meses cerca de 70%, o Governo PS-PSD procura que sejam os utentes a pagar do seu bolso as indemnizações com que o Governo deveria compensar as empresas de transportes pelo serviço social que prestam.

3. O PCP salienta, uma vez mais, que a política de deliberado e brutal agravamento das condições de vida da população prosseguida pelo Governo PS-PSD, não só nada tem que ver com a superação da crise económica e financeira do País, como constitui objectivamente um factor do seu agravamento.

A drástica redução do poder de compra da população laboriosa em que o Governo PS-PSD está obstinadamente empenhado, além de aprofundar gritantes desigualdades e injustiças sociais, projecta inevitáveis repercussões negativas sobre a generalidade das actividades produtivas nacionais, mantendo e agravando os problemas de fundo da economia nacional, criando as condições para que os défices externos, após uma eventual atenuação, acabem por ressurgir com ainda maior força.

4. Com tal política, o Governo PS-PSD visa fundamentalmente conseguir uma profunda espoliação das massas trabalhadoras e das outras camadas laboriosas, desequilibrando ainda mais a repartição do rendimento nacional em favor do capital, no quadro de uma política global que, explorando a situação de crise, tem como objectivo restabelecer e acelerar os processos de acumulação e concentração capitalista.

5. O Governo PS-PSD mente descaradamente quando proclama a inevitabilidade de pesados sacrifícios e privações para o povo e quando os procura apresentar como necessários para a saída da crise.

Tudo isso já foi afirmado designadamente em 1977 e 1978 pelos governos PS e PS-CDS em justificação da mesma política (inspirada ou ditada pelas «receitas» do FMI) de aumentos de preços, de redução dos salários reais, de agravamento das condições de vida da população, de aumento do desemprego, de estagnação da actividade económica.

A própria gravidade da situação económica e financeira em que o País actualmente se encontra ao fim de sete anos de política de direita, mostra bem o completo fracasso das políticas que pretendem fazer assentar a saída da crise no reforço da exploração dos trabalhadores, na degradação do nível de vida dos portugueses, na retracção das actividades produtivas.

6. A redução e eliminação dos défices da economia nacional só pode ser alcançada, de forma duradoura, com uma política de aumento da produção nacional, sustentada pelo melhoramento das condições de vida da população, pela ampliação do mercado interno, pela activa mobilização dos recursos e da força de trabalho nacional.

A luta em defesa das condições de vida da população e pela garantia dos postos de trabalho são parte integrante da luta por uma política de efectiva recuperação económica nacional.

A SIP do PCP, 5/8

O Governo promove a desestabilização

Em relação a acusações de «desestabilização» dirigidas ao PCP num comunicado conjunto PS-PSD, a SIP do PCP considera necessário salientar o seguinte:

1. O PCP actua rigorosamente no quadro do regime democrático consagrado na Constituição e no exercício dos direitos e liberdades por ela assegurados.

Dado que o comunicado do PS-PSD não fundamenta as acusações nem explica que princípios constitucionais teriam sido violados pelo PCP, torna-se óbvio que o PS e o PSD estão incomodados com o próprio regime democrático e com o exercício dos direitos e liberdades por parte dos que discordam e se opõem à sua política, e procuram com acusações provocatórias desviar as atenções da opinião pública das dificuldades que a sua coligação enfrenta.

2. Por outro lado, uma breve apreciação da actividade governamental é suficiente para que não haja qualquer dúvida de que é o Governo PS-PSD que conduz uma política de profunda desestabilização em praticamente todos os sectores da vida nacional.

- Com efeito, é o Governo PS-PSD que desestabiliza e perturba a economia nacional, com uma política restritiva e de estagnação, voltada, não para a saída da crise, mas para a reconstituição do poder do grande capital.
- Desestabiliza as condições de vida da população, com graves aumentos de preços, com a agudização de todos os problemas sociais, com o seu desprezo por situações dramáticas que requerem solução urgente.
- Promove a desestabilização no plano social, com projectos e medidas de restrição dos direitos dos trabalhadores, de reforço da sua exploração, de intensificação dos despedimentos e ampliação do desemprego.
- Desestabiliza a vida democrática do País, com os seus planos de introduzir gravosas alterações em legislação democrática em vigor, com o recurso a métodos antidemocráticos de governação (como a chantagem, as ameaças e acções repressivas) com a instrumentalização da Comunicação Social e com práticas de violação da legalidade.
- Pretende desestabilizar as Forças Armadas, com uma proposta de exoneração de um chefe militar ditada unicamente pela ambição de controlar partidariamente a instituição militar.

3. Nestes termos, importa concluir que se há «combate firme e decidido» que seja «imperativo de todos os portugueses empenhados em defender uma sociedade livre e democrática», em alcançar a «solução da crise», o «desenvolvimento nacional e a justiça social» é, nem mais nem menos, o combate à política desastrosa, antipopular e desestabilizadora do Governo PS-PSD.

A SIP do PCP, 5/8

Os casos da ANOP e dos despedidos da RTP

1. Factos recentes continuam a confirmar inteiramente que, também no sector da comunicação social, o Governo PS-PSD se caracteriza por uma política de ostensiva violação da legalidade, de intolerância e prepotência que parece pretender suplantar as próprias práticas dos governos da AD.

2. As manobras governamentais para a asfixia e desagregação da ANOP, a atitude do Conselho de Gerência da RTP recentemente nomeado pelo Governo ao recusar a reintegração dos trabalhadores ilegalmente despedidos e acções de marginalização de profissionais da comunicação social, atestam, a par de outros aspectos, que o férreo controlo e instrumentalização da comunicação social são para o Governo uma peça essencial para a imposição da sua política antipopular.

3. Neste contexto, é particularmente indigna e revoltante a atitude que o Governo vem assumindo face à agência ANOP, ao recusar o pagamento de salários em atraso, ao recusar-se a honrar os compromissos que legalmente tem de assumir perante aquela agência, designadamente, facultando-lhe os meios indispensáveis à sua normal actividade. O Governo PS-PSD, sob a capa de propostas artificiosas de fusão, procura, pura e simplesmente, dar concretização prática, pela via do desgaste, asfixia e desagregação, aos objectivos de extinção da ANOP activamente prosseguidos pelo último governo da AD.

4. Assume ainda especial gravidade a vergonhosa chantagem que o Governo PS-PSD vem fazendo sobre o pagamento de salários em atraso aos trabalhadores da ANOP, que ameaça tornar-se em política geral do Governo.

Condicionar o pagamento de salários ao alinhamento dos trabalhadores pelas posições e orientações governamentais é, não apenas uma clamorosa ilegalidade, mas também um **ostensivo desvio de poder**, na medida em que representa a indevida utilização da influência governamental sobre a gestão dos dinheiros públicos para fins ilegítimos e ilegais.

Os salários são devidos aos trabalhadores em função do trabalho que anteriormente prestaram. Não pode o Governo servir-se dos dinheiros públicos que deviam ser afectados ao pagamento desse trabalho para castigar as convicções dos trabalhadores se distintas do Governo, ou para as premiar se, sob chantagem, se vierem a identificar com as do Governo.

5. Por outro lado, a recusa do CG da RTP em respeitar a sentença do Tribunal que manda reintegrar os trabalhadores despedidos daquela empresa em 1976, e a quem, em qualquer caso, a reintegração já era devida pelo menos desde Maio de 1979 por força da Lei da Amnistia, ilustra bem que nas palavras do Governo PS-PSD e dos seus mandatários na comunicação social do Estado as referências à reposição da legalidade democrática são uma mera manifestação de hipocrisia.

6. Os acontecimentos estão mostrando como eram completamente infundadas quaisquer expectativas de que um governo com participação do PS procedesse às urgentes rectificações que se impunham na política seguida pela AD no sector da comunicação social.

Os acontecimentos estão comprovando que, neste como noutros sectores da vida nacional, é inteiramente justo e necessário fazer frente, combater, travar e, finalmente, derrotar a política do Governo PS-PSD.

A SIP do PCP

Braga, Viana e o PS: da «generosidade» aos negócios escuros

«Ilegal, imoral e demagógica» é a qualificação dada pela APU de Viana do Castelo a uma recente «generosidade» dos Serviços Municipalizados daquela cidade: à revelia do vereador da APU, os vereadores do PS resolveram distribuir parte dos lucros daquele departamento municipal pelos trabalhadores. Ao mesmo tempo, porém, e para que não restem dúvidas acerca das intenções, negam-lhes a cedência de uma sala para eleição da Comissão de Trabalhadores...

É uma «farisaica exibição de interesse e compreensão pela situação dos trabalhadores», embrulhada na mais típica demagogia — denuncia a APU, que sublinha ainda num comunicado o carácter claramente ilegal e imoral da iniciativa dos representantes do PS: «ilegal porque a distribuição dos lucros dos SM é da exclusiva responsabilidade da Câmara Municipal, que para o efeito nem sequer foi consultada», e «imoral porque **a esmagadora maioria das freguesias do concelho continua à espera de ser servida por redes de saneamento e abastecimento de água, continua a aguardar a satisfação da gritante necessidade que é a beneficiação das redes de energia eléctrica** — uma e outra coisa estritas e directas obrigações dos Serviços Municipalizados».

De facto, como acrescenta a Coordenadora da APU de Viana do Castelo, «num concelho onde a luz "queima como fogo" — a 6$45 e muito em breve a 7$00; em que os munícipes justamente se revoltam contra a verdadeira extorsão que é o preço ali vigente do aluguer dos contadores; quando os SM devem mais de 150 mil contos à EDP — como classificar tal "generosidade"?»

Não basta certamente denunciá-lo como um escândalo. Por isso, «a APU desenvolverá todos os esforços para que o atropelo seja reparado e a verba ilegalmente dispendida seja reposta pelos responsáveis» por tal distribuição, ao mesmo tempo que apoiará (como sempre apoiou) a luta dos trabalhadores pela melhoria das suas condições de vida e de trabalho, «o que, obviamente, não passa pela esmola de um bolo possivelmente envenenado...».

Braga, Câmara PS: negócios mais que duvidosos

A degradação e partidarização do funcionamento desta Câmara socialista — já antes claramente indiciada quando a maioria PS recusou propostas da APU que visavam uma maior moralização, fiscalização e participação de todos os vereadores na gestão camarária — é agora mais visível com a substituição do presidente Mesquita Machado, agora nomeado secretário de Estado do Governo PS/PSD.

Com efeito, segundo uma nota da Comissão Concelhia do PCP, «Mesquita Machado, devida à sua prática presidencialista e centralizadora anterior não acautelou na sua substituição os interesses da população do concelho, deixou impreparados e desconhecedores de numerosos assuntos os restantes vereadores. A ponto de, apesar de ter abandonado as suas funções como membro da CM, servir de muleta aos seus companheiros de partido em reuniões camarárias, na atitude paternalista que caracterizou os seus mandatos».

Com casos em agenda como o dos Granjinhos, a assumir foros de escândalo público pelo que de negócios escuros permite adivinhar. Ainda segundo a Concelhia do PCP, o projecto para esta zona, que conforme hasta pública não permitia mais que sete pisos, está a ser alterado em volumetria e fins a que se destinava, por imposição de ex-presidente, pela conivência deste e do arquitecto autor dos sucessivos projectos, e nas costas da Câmara, que não é tida nem achada para qualquer deliberação — «silenciados» os próprios vereadores PS e expressamente arredados de qualquer participação activa e responsável na gestão municipal — «para que tudo fique em família» — os vereadores das outras forças políticas.

«Que interesses, que influências e quem se esconde por detrás destas ilegalidades?» — pergunta a Concelhia do PCP, que no mesmo comunicado dá conta da proposta apresentada pelo vereador da APU na última reunião da Câmara «visando a reposição da legalidade e do projecto inicial (dos Granjinhos), indo se necessário até ao pedido de inquérito à actuação da Câmara e outras entidades comprometidas no processo, para total apuramento dos factos e para defesa dos interesses de Braga e da própria dignidade do município».

A Comissão Concelhia de Braga estranha ainda que o MAI tenha mandado arquivar um inquérito à Câmara que decorria, sem que para isso tenha sido dada qualquer explicação à opinião pública, sendo que se mantêm as graves acusações que o originaram.

Por outro lado, a Comissão Concelhia manifesta-se contra os aumentos dos transportes nos Tub/SM: primeiro sob a justificação de «automatização das carreiras», depois de «ajustamentos nos preços» e finalmente com um claro e oficial aumento de 20 por cento, e pergunta se «tão brutais aumentos não têm também a ver com a má gestão dos Tub/SM», também da responsabilidade do PS e também à revelia das restantes forças políticas e nomeadamente da APU, que há meses espera resposta a um requerimento seu sobre a situação económica daquela empresa municipalizada.

Ponte da Figueira da Foz: Há que apurar responsabilidades!

Quando, em 23 do mês passado, ruiu um troço de 10 metros da nova ponte sobre o Mondego na Figueira da Foz, os jornais veicularam em tom de *fait-divers* o que sobre o assunto se apressaram a proclamar responsáveis técnicos (o engenheiro autor do projecto), responsáveis autárquicos e o próprio secretário de Estado das Obras Públicas, que classificou de «beliscadura» o acidente e, a propósito das obras de reparação (que se irão elevar a dezenas de milhar de contos), comicamente entendeu relevar o facto de elas virem a criar novos postos de trabalho...

Contrariamente a esta ligeireza geral de que PS/PPD, a vários níveis, pretendem revestir o acontecimento, o PCP considera-o grave e «exige que seja conduzido um sério apuramento de responsabilidades e que os resultados desse inquérito sejam rapidamente divulgados à população da Figueira da Foz e ao público em geral». Tanto mais que — acentua-o o Comité Local numa nota divulgada — «é com crescente regularidade que começam a ser postas em causa as obras entregues em empreitadas a as vigarices que as têm caracterizado». O PCP sublinha os enormes transtornos que a utilização de uma só via da ponte e o impedimento a veículos pesados traz à actividade de numerosas empresas do concelho, regista o silêncio e até comprometimento da Câmara neste assunto e recorda que a inauguração da ponte «serviu à Câmara, ao PS e ao Governo "AD", há pouco mais de um ano, os seus fins eleitorais». Recorda que ela custou ao erário público um milhão e meio de contos. Minimizar os prejuízos e a cadeia de irresponsabilidades que lhes deram origem (como o faz agora o Governo), assim como as suas consequências, não é apenas ridículo mas afrontoso — para a Figueira, para a sua população e para todos nós, que custeámos a obra. Não basta, pois, que o sr. eng.º assuma «todas as responsabilidades» (morais?): para o PCP é à Câmara PS e ao Governo PS/PPD que cabem responsabilidades, e são esses que devem assumi-las.

Em tempo de férias

Como se quer a Amadora?

Até ao próximo dia 15 a população da Amadora pode ver na Galeria Municipal uma exposição sobre o **Projecto Centro da Amadora** — resultado de um primeiro conjunto de estudos sobre aquela zona da cidade que se pretende ver enriquecidos com as propostas da população. Por isso mesmo, depois da Galeria Municipal — onde está actualmente patente nos dias úteis das 10 às 23 h e aos sábados e domingos das 15 às 23 h — a exposição transitará para as freguesias.

São os seguintes os objectivos apontados e pormenorizados no projecto: reforçar o papel do Centro da Amadora; melhorar a qualidade de espaço urbano e a sua utilização; eliminar a barreira constituída pelo caminho de ferro.

Loures: novo Centro de Dia

Está marcada para o próximo sábado às 16 horas a inauguração de um novo Centro de Dia para a Terceira Idade em Olival Basto — Póvoa de Santo Adrião.

O Centro, que inclui uma sala de convívio, gabinete de trabalho e bar, é o quarto a entrar em funcionamento este ano no concelho — anteriormente foram os de Apelação, S. João da Talha e Odivelas — e está incluído no plano de actividades do município de Loures no que respeita a Terceira Idade, que prevê a abertura de Centros de Dia em todas as freguesias, e um investimento municipal, este ano de 28 mil e quinhentos contos.

Entretanto, de 1 a 24 de Setembro estão a ser organizados no concelho, por iniciativa da CM, passeios destinados a reformados e idosos que permitem a participação de mais de três mil pessoas.

As inscrições podem ser feitas até ao dia 19 nas Juntas de Freguesia.

Feira do Melão em Vila Franca

Realiza-se nos dias 20 e 21 de Agosto, no Jardim Constantino Palha, a III Feira do Melão, destinada a divulgar a qualidade e potencialidades deste fruto, cuja grande produção sai principalmente da lezíria.

A Feira, que inclui, além de concursos de qualidade e venda ao público, manifestações de carácter desportivo, recreativo e cultural (anuncia-se uma corrida de bateiras, uma corridas de toiros, a exibição de ranchos folclóricos) é organizada pela CM com o apoio do Instituto do Comércio Externo da Direcção Regional da Agricultura e de firmas ligadas à produção e exportação de melão.

Avante! Proletários de todos os países: UNI-VOS!

PCP

Iniciativas na Zona Oriental do concelho de Loures

Com o fim de divulgar a Festa do «Avante!» e promover a venda da EP têm-se realizado acções de rua e outras iniciativas na Zona Oriental do concelho de Loures.

No dia 30 de Julho passado realizou-se na freguesia de Moscavide a Festa do Futuro. Do programa constou manhã infantil com pinturas, onde participaram 40 crianças; feira do livro durante todo o dia; música popular portuguesa e o coro das Minas de S. Domingos. A festa teve o seu ponto alto num comício com o camarada Jerónimo de Sousa, deputado e membro do CC. Apesar de ser um dia de bastante calor e estar muita gente de férias, assistiram 400 pessoas ao comício. A Festa do Futuro constituiu de tal forma um êxito que os camaradas de Moscavide pensam desde já realizar em 1984 a 2.ª edição da Festa.

•

Os camaradas de St.ª Iria da Azóia promoveram ainda no dia 30 banca de rua junto ao mercado e uma brigada também no mercado para venda da EP.

•

Nas localidades da freguesia de S. João da Talha (Vale de Figueira e Bobadela) têm-se realizado várias iniciativas «porta-a-porta», bancas e outras acções. Os camaradas têm sido bem sucedidos pois têm vendido EPs não só aos militantes do Partido como a amigos e até a pessoas de outros partidos.

Estamos a menos de 30 dias da Festa do «Avante!». «Vamos desenvolver esforços para uma grande venda da EP! Assim, está marcada para os próximos dias 26, 27 e 28 de Agosto uma grande jornada de rua para a venda da Entrada Permanente» – informa a organização de S. João da Talha.

•

St.ª Iria da Azóia, com a participação de 98 camaradas durante o mês de Julho, vai em 1.º lugar nas jornadas de trabalho. Vamos ver se alguma organização consegue ultrapassar St.ª Iria.

•

Terminou a 1.ª fase do torneio «Avante!»/83 do concelho de Loures em que participaram 17 equipas das várias freguesias do concelho.

Para a fase final ficaram apuradas: União Desportiva da Pontinha, Clube Recreativo de Sacavém e União Desportiva do Olival de Basto.

A fase final iniciou-se no dia 30 no Ringue Municipal de Loures. A União Desportiva da Pontinha foi o vencedor do torneio ficando assim apurada para disputar a fase distrital, cabendo-lhe agora defrontar o vencedor do torneio de Vila Franca de Xira. À União da Pontinha será atribuída a taça «Avante!»-83/Concelho de Loures.

A Comissão Concelhia da Festa do «Avante!» saúda o vencedor, assim como as restantes equipas que participaram no torneio. Com a sua participação deram um forte contributo para a promoção no concelho da maior iniciativa política, cultural e desportiva que se realiza no Portugal de Abril. A Organização Concelhia do PCP está certa de que para o torneio de 1984 pode contar com a participação das colectividades e clubes do concelho.

Leilão de borrachos

Informa a Comissão da DORSA para a Festa do «Avante!» que o leilão de borrachos já realizado anteriormente em duas edições na Festa da Primavera, terá este ano a sua realização no Alto da Ajuda. A Festa do «Avante!» tem assim mais um ponto de atracção, pois a columbofilia é tema que interessa a muitos camaradas e amigos, a muitos visitantes da Festa. Refere a Comissão da DORSA para a Festa do «Avante!» que a iniciativa terá ainda um significado especial pelo contacto da modalidade com milhares de pessoas, revelando-se como uma óptima jornada de divulgação do pombo-correio. Para que o certame seja um êxito «impõe-se a contribuição generosa de todos os amigos columbófilos». Os promotores do leilão pensam apresentar um programa detalhado na Festa. Os contactos dos columbófilos devem ser feitos para o Centro de Trabalho do PCP na cidade d Santarém ou para os outros CT's do distrito. O «grande leilão de borrachos» decorrerá nos três dias da Festa.

Boletins de informação sobre a Festa

Inúmeras organizações do Partido têm editado boletins informativos sobre a Festa do «Avante!», publicações que divulgam aspectos ligados à realização do grande convívio do Alto da Ajuda e em especial à preparação da Festa nas respectivas regiões, distritos, concelhos, freguesias, etc.

Nesses boletins — com formato e apresentação gráfica diferentes de caso para caso — as organizações do Partido falam sobre o significado da Festa do «Avante!», salientam a tarefa militante da venda da EP, mobilizam para as jornadas de trabalho voluntário na Ajuda, dão notícia das excursões que se preparam com destino a Lisboa, para participar na Festa, informam sobre iniciativas e metas a concretizar, e também sobre campanhas de recolhas de géneros, artesanato e produtos vários para os *stands* da Festa, etc.

A título de exemplo, aqui deixamos alguns apontamentos respigados das folhas informativas editadas pela Comissão Distrital da Festa do «Avante!»/Setúbal e pela SIP da DORSA (**Santarém**), respectivamente:

«O Pavilhão político-cultural da ORS será necessariamente o fiel testemunho da organização e trabalho dos comunistas e da luta da classe operária e das massas trabalhadoras na defesa do Portugal de Abril, no nosso distrito.

«Terá assim relevo a resposta dos trabalhadores das grandes empresas nacionalizadas ao pretenso **«pacto social»** de que é agora, uma vez derrotada a AD, grande arauto o primeiro-ministro do Governo PS-PSD e os seus lacaios da UGT. A Lisnave, Parry e Son, SRN, Setenave, Quimigal, Siderurgia Nacional e tantas outras empresas, lado a lado com a Reforma Agrária, serão sempre os «hóspedes» de honra do nosso pavilhão.

«Mas nem por isso a contribuição do nosso distrito para a derrota da AD nas urnas (isto é, as eleições para as Autarquias Locais e Assembkeia da República) será esquecida, assim como a acção dos eleitos da APU nas Autarquias Locais (pioneiras na declaração dos seus territórios como «zonas desnuclearizadas»... pelo que a Paz, no nosso Pavilhão, será um tema em foco).

(...) O distrito de Setúbal, pelas suas características de grande centro de animação cultural e desportiva, vai mais uma vez desenvolver um conjunto de iniciativas que culminarão nos 3 dias da Festa, em jornada de convívio, camaradagem e desporto. Desde já a nível dos concelhos se prepara a nossa participação nas seguintes modalidades:

Futebol: Masculino e Feminino
Chinquilho: Malha grande e pequena
Damas e Xadrez
Corrida Popular do Avante.

«Também no plano de divulgação da Festa do «Avante!» se realizarão provas de: Natação, Pesca, Ténis de Mesa, Andebol, Basquetebol, Ciclismo, etc.

«Os regulamentos e as inscrições estão ao dispor de todos os interessados nos Centros de Trabalho do PCP no distrito de Setúbal (...)»

Santarém: «Todos os concelhos voltarão a ter na Festa os seus *stands*, onde irão expor e vender o artesanato e os produtos tradicionais da sua região.

«A Festa do "Avante!" vai-se tornando cada vez maior e de superior qualidade (melhores iniciativas, espectáculos, etc.).

«Assim, também os concelhos devem trabalhar no sentido de acompanhar este progresso, tomando desde já medidas para levarem à Festa mais produtos e de melhor qualidade (...)

«Tal como nos anos anteriores, estão a ser organizadas pelo Partido, recolhas de géneros e materiais para o **BAR, RESTAURANTE e QUERMESSE**.

«Todas as ofertas devem ser canalizadas para o CT do PCP.

«Há muitas formas de ir à Festa, mas a melhor é ir nas excursões do Partido e levar já as nossas EP's.

«**INSCREVE-TE** já no Centro de Trabalho (...)».

Alto da Ajuda: em contagem decrescente...

«Isto começa a compor-se!»

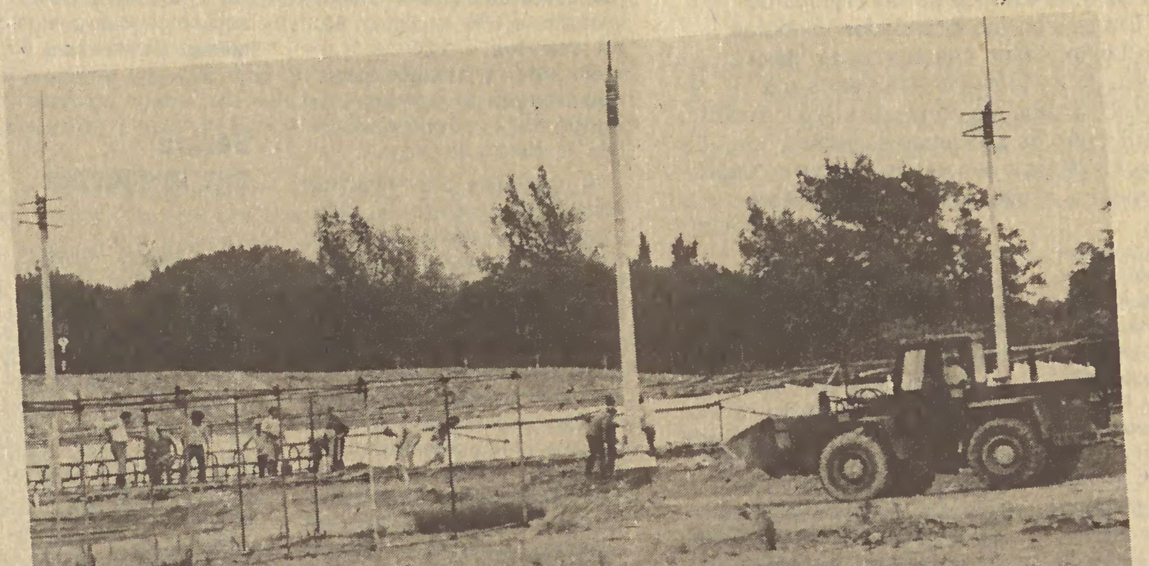
• Temos apenas mais 4 fins-de-semana

«Olhe amigo, agora sim, isto começa a compor-se! Mas não podemos baixar o ritmo de trabalho. Isto é enorme. Há ainda muita coisa para fazer. Venha daí, eu mostro-lhe...»

Na companhia de outros camaradas aí fomos, no último domingo, percorrendo e observando em detalhe os vários sectores da Festa, no vasto recinto que a dedicação e o empenho de muitos camaradas e amigos vêm transformando desde há meses, preparando mais uma edição da grande Festa do Portugal de Abril.
Depois duma volta, escutando as opiniões dos camaradas da Implantação, contactando muitos dos voluntários naquele domingo cinzento, o repórter deita contas à vida, que o mesmo é dizer puxa do bloco de apontamentos e, em síntese, acha por bem referir:
1. A preparação da Festa do «Avante!» no Alto da Ajuda entrou numa fase em que a participação de **todos** os camaradas e amigos, de Lisboa e de outras regiões, como Setúbal, Santarém, Leiria e Alentejo, é necessária e deve ser encarada mesmo como uma tarefa de primeiro plano no âmbito da acção militante dos camaradas.
2. Além da participação individual, confirma-se a importância das jornadas de trabalho organizadas previamente, com a vinda de camaradas e amigos em excursões (no caso dos que vêm de regiões mais afastadas de Lisboa) e de brigadas e grupos de trabalho, constituídos com o dinamismo e a iniciativa das organizações do Partido, a quem cabe, neste momento, um papel fundamental na mobilização para as jornadas de trabalho na Ajuda.

3. Todos os camaradas - estudantes, empregados de serviços, operários, camponeses, trabalhadores das mais variadas profissões, homens e mulheres, reformados, camaradas e amigos do Partido, amigos da Festa - têm uma palavra a dizer, têm uma tarefa na Ajuda, têm uma contribuição a dar para pôr de pé mais uma edição da Festa.

4. Salienta-se de novo o apelo a camaradas especializados em determinadas profissões, nomeadamente: carpinteiros, pedreiros, canalizadores e serralheiros.
5. Recorda-se que os



3.º Sorteio da EP dia 27, em Sesimbra

• *1.º brinde: TV a cores*

Aproxima-se a passos largos o terceiro e último sorteio das Entradas Permanentes (EP's) da Festa do «Avante!», ao qual ficam automaticamente habilitados **todos** os portadores de EP, o ingresso que abre as portas da Festa durante os seus três dias de realização no Alto da Ajuda: 9, 10 e 11 de Setembro.

Este último sorteio decorrerá no próximo dia 27, em Sesimbra, e atribuirá os seguintes brindes:

1.º – uma TV a cores;
2.º – 15 mil escudos em livros e discos;
3.º – 10 mil escudos em livros e discos;
4.º ao 10.º – 5 mil escudos em livros e discos.

Como salientaram os camaradas da 3.ª Zona do Comité Local de Lisboa (CLL), no seu boletim informativo sobre o grande acontecimento político-cultural da Ajuda, «para que a Festa seja um êxito é fundamental a venda da EP. A meta que a 3.ª Zona se propôs é de três mil EP's».

É um exemplo este esforço. Que tem expressões um pouco por todo o país. Porque a Festa é de todo o Portugal de Abril.

Vamos vender a EP!

Os conce[...]os da Ama[...]ra, Cascais [...]Sint[...] em for[...]na [...]

O apelo que [...]mos de[...] plo significativo [...]penho e[...] Festa do «Avante[...]sta fas[...] tação. As organi[...] do Pa[...] lhos da Amadora [...]ras, Cas[...] namizam a partic[...] de to[...] das daquelas zon[...]ra as jo[...] lho ao fim-de-sem[...] com co[...] horas da manhã [...] seguin[...] Partido: ***Amadora [...]ras, Ca[...] Damaia e Cascais.***

Neste apelo, [...]se a a[...] dos camaradas e [...]os com [...] vez que poderão [...]sportar [...] consigo.

cam[...] farne[...] resta[...] func[...] jorna[...]
6. O[...] desl[...] cont[...] rece[...] defin[...] a su[...] mais[...]
7. D[...] ter u[...] mobi[...] activ[...] Alto [...] amig[...] famil[...] coleg[...] noss[...] por e[...] de fé[...] apoia[...] conv[...] Ajuda[...]

Mais de 100 artistas representados na IV Bienal de Artes Plásticas da Festa

• *Homenagem a Abel Manta e Carlos Botelho*

Mais de uma centena de artistas, entre os quais vários nomes de primeiro plano, vão estar representados na IV Bienal de Artes Plásticas da Festa do «Avante!» a realizar nos dias 9, 10 e 11 de Setembro, no Alto da Ajuda, em Lisboa.

Tal como aqui já referimos, o visitante da Festa encontrará este ano no recinto reservado à Bienal um melhoramento significativo das condições de apresentação e um esforço de qualidade e valorização do certame, ponto alto da Festa nas edições já realizadas.

Terminado o prazo para a entrega das obras, o grupo de pessoas ligadas às Artes Plásticas constituído para organizar o espaço da Bienal no Alto da Ajuda lançou-se já ao trabalho para apreciação e consequente selecção das obras, num critério de abertura, amplamente compreensivo, mas consciente das limitações de espaço.

A reportagem do «Avante!» pôde acompanhar alguns momentos finais desse trabalho, no CT da António Serpa em Lisboa, constatando a diversidade dos materiais apresentados e alguns momentos da actividade preparatória da Bienal, que decorre através do empenho e do esforço da sua comissão, constituída por pessoas conhecedoras, a todos os títulos, do vasto sector das Artes Plásticas em Portugal.

Entre outros, estarão representados no Alto da Ajuda os seguintes artistas: Hogan, Jorge Vieira, Gil Teixeira Lopes, Nadir Afonso, Alice Jorge, Costa Pinheiro, Virgílio Domingues, Bartolomeu Cid, Pedro Chorão, Rogério Ribeiro, Álvaro Perdigão, Matilde Marçal, Isabel Laginhas, José Aurélio, Rogério Amaral, Querubim Lapa, António Trindade, Alberto Gordillo, Vitor Palla, Rui Filipe, He[...] Ruivo, Juan Soutullo, Ant[...] Domingues, Isabel Sabino, Lu[...] des Freitas, Teresa Dias Co[...]lho, Hilário Teixeira Lopes, [...]ne Balette, António Carmo [...] Jorge Marcel.

A comissão da Bienal reun[...]rá brevemente para aprecia[...] trabalhos propostos para o cer[...]tame por artistas do Porto [...] Évora [...] boa já [...]

A I[...] cas d[...] cluirá [...] figura[...] ma ar[...] los Bo[...] rão te[...] autór[...] uma [...]

«Um múltiplo lugar de encontro»

A Bienal de Artes Plásticas da Festa do «Avante!», iniciada em 1977, e que tem este ano a sua 4.ª edição, criou desde início um **espaço próprio**, ímpar entre as manifestações da vida artística nacional.

Num contexto de festa colectiva, propiciador de uma comunhão humana intensamente vivida, a Bienal da Festa do «Avante!», é antes de mais um múltiplo **lugar de encontro**.

Encontro entre dezenas, centenas de milhar de pessoas das mais variadas origens, vivências quotidianas, experiências culturais, muitas inclusive estranhas até aí ao convívio com a arte, e que à Festa acorrem de todo o País – e as obras de arte criadas por dezenas, centenas de artistas das mais variadas formações, escolas, tendências e linguagens estéticas, que na Bienal expõem as suas criações. Encontro igualmente entre os próprios artistas, nesta Bienal libertos da preocupação de preencher mais um parágrafo nos seus *curricula*, antes abertos ao prazer da confraternização entre camaradas do mesmo ofício e ao diálogo com um público que, de tão amplo, igualmente escapa aos mecanismos instituídos da exposição normal das suas obras.

Este lugar de encontro é também um favorável **momento de descoberta**, onde horizontes se rasgam se questionam dúvidas e certezas, se despertam sentidos, se amplia a comunicabilidade entre os homens, se enriquecem as personagens e se contribui, assim, para uma crescente plenitude vital.

Isto tem sido, de facto, a Bienal da Festa do «Avante!» nas suas sucessivas edições, no curto período de três escassos dias que cada uma delas dura, mas que depois perdura em quantos, e são tantos, as puderam fruir e por isso exigem a sua continuidade. E a sua melhoria. É precisamente com o objectivo de corresponder a essa dupla exigência de **continuar** e **melhorar**, que este ano a 4.ª Bienal, a realizar de 9 a 11 de Setembro no Alto da Ajuda, buscará algumas novas soluções, integrando-se aliás nos requisitos e inovações que enformarão o corpo central da Festa, onde se localiza.

Assim, mantendo uma linha de concepção largamente aberta às mais variadas experiências estéticas, que exprimem a riqueza e a variedade infinitas do mundo e da natureza do homem, da sua sensibilidade e criatividade inesgotáveis, para esta 4.ª Bienal de Artes Plásticas da Festa do «Avante!», de 1983, constitui-se um grupo de pessoas ligadas às questões das Artes Plásticas, da sua prática e da sua apreciação estética, incumbido da sua organização no espaço que este ano lhe caberá, com melhores condições de exposição e por isso mais reduzido, com a consequente necessária selecção das obras.

Será um risco que se corre advertidamente. Risco inerente

à pa[...] que [...] ção [...] que [...] máxim[...] ta as [...] de Ar[...] «Ava[...] valor [...] difere[...] admis[...] sições[...]

Pre[...] critéri[...] tes a[...] que [...] estim[...] divers[...] contr[...] conhe[...] não s[...] pauta[...] «mod[...] «nom[...] acent[...] final [...] desc[...] uma [...] vida, [...] ajuda[...]

Ain[...] cupaç[...] lar, n[...] **espa[...] vivo** [...] e de [...] e tod[...] **Festa** [...] Portu[...] da Aj[...]

(Texto [...] nal, a[...] 25 de [...] Comu[...])

festa do Avante!

camaradas que não levem farnel podem utilizar os restaurantes de apoio, em funcionamento durante as jornadas de trabalho.
6. Os camaradas que se deslocarem à Ajuda devem contactar os serviços de recepção, onde lhes serão definidas as tarefas em que a sua colaboração será mais útil e necessária.
7. Devemos também nós ter um papel de mobilizadores para a actividade que decorre no Alto da Ajuda: os nossos amigos, os nossos familiares, os nossos colegas e companheiros, os nossos vizinhos, aqueles, por exemplo, que já vieram de férias e que costumam apoiar a Festa – vamos convidá-los para uma ida à Ajuda, sábado ou domingo!

elos
dra, Oeiras
e Sintra
na Ajuda

ui nos deixar é um exem-
o carinho e do carinho pela
», esta fase da sua implan-
tação do Partido dos conce-
, Oeiras, Cascais e Sintra di-
cipam de todos os camara-
as na as jornadas de traba-
nam com concentração às 8
, nos seguintes Centros do
a, Oeiras, *Carnaxide, Cacém,*

hamse a atenção especial
ams com automóvel, uma
transportar outras pessoas

os artistas da Festa

Conjunto Coral e de Dança dos Cossacos de Cuban (URSS)

A alegria, a música, o colorido e o movimento do riquíssimo folclore russo vão também marcar presença destacada na Festa do «Avante!» através da actuação do conjunto coral e de dança dos Cossacos de Cuban.

Trata-se dum conhecido grupo artístico da região de Krasnodar, ao sul da República Socialista Federativa Soviética da Rússia, que tomou como designação o nome dum dos grandes rios do Cáucaso do Norte, o Cuban.

Dirigido desde 1974 por Victor Zakhartchenko, artista emérito daquela República soviética, o grupo que agora vamos ter oportunidade de apreciar nos palcos da Festa do «Avante!» é portador duma riquíssima tradição musical e artística, que remonta ao século XVII, na altura em que eram instalados os primeiros acampamentos de cossacos para defesa das fronteiras da Rússia, contra as invasões dos tártaros e dos turcos.

O canto e a dança típicos da zona de Cuban vai ganhando cada vez mais expressão, registando-se no início do século XIX a fundação do Coro do Exército dos Cossacos de Cuban (1811), que se manteria mais de cem anos.

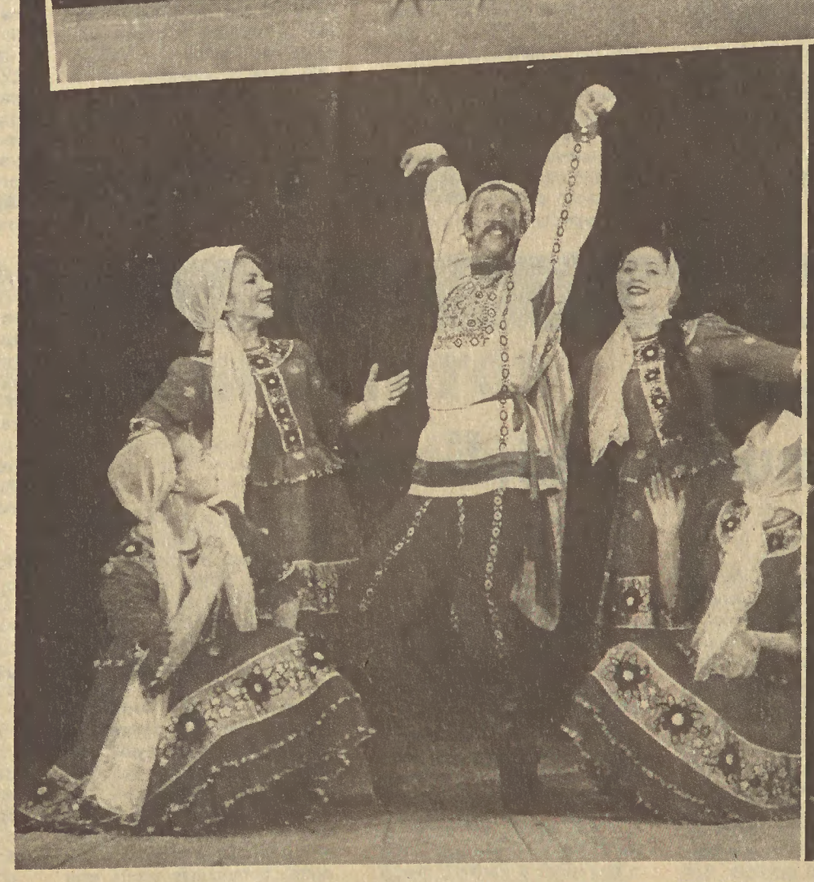
Depois da Revolução de 1917 nasceria um novo grupo de danças e cantares cossacos, que viria a ter como «herdeiro» o agrupamento que poderemos apreciar na Festa do «Avante!».

A sua fundação ocorreu em 1969 em Krasnodar, capital da região. Dois anos depois era laureado no Festival Internacional de Folclore em Bourgas, na Bulgária.

Durante a sua actuação na Festa do «Avante!», o grupo interpretará composições históricas, canções e danças populares russas e cossacas, cantos tradicionais de festa e casamento e também duas canções portuguesas.

Além do coro e dos bailarinos, o grupo inclui músicos com instrumentos típicos, como o acordeão russo, o tamborim ou a balalaica.

Um espectáculo de rara beleza, a não perder na Festa do «Avante!».



Évora, uma vez que os de Lisboa já foram apreciados.

A IV Bienal de Artes Plásticas da Festa do «Avante!» incluirá uma homenagem a duas figuras destacadas do panorama artístico: Abel Manta e Carlos Botelho, cujos trabalhos serão tema para uma exposição autónoma na Bienal e para uma referência no catálogo.

à parcela de subjectividade que comporta toda a apreciação de obras de arte. Risco que se procurou minorar ao máximo, tendo em devida conta as especificidades da Bienal de Artes Plásticas da Festa do «Avante!», onde os juízos de valor serão necessariamente diferentes de juízos de valor admissíveis em outras exposições.

Pretende-se, mantendo um critério não unilateralista e antes amplamente compreensivo, que a Bienal seja ainda mais estimulante, num confronto de diversas sensibilidades, no encontro saudável entre artistas conhecidos e desconhecidos, não se deixando contaminar ou pautar pelo mundanismo da «moda» ou pelo apriorismo do «nome feito», antes pondo o acento tónico no seu estímulo final – o prazer humano da descoberta e da fruição de uma arte que, exprimindo a vida, também a desvenda e ajuda a criar.

Ainda nesta ordem de preocupações, procurar-se-á instalar, no espaço da Bienal, um **espaço de convívio e debate vivo** entre os artistas plásticos e de outras artes, e entre eles e todos quantos, para **viver a Festa**, vão acorrer de todo o Portugal, em Setembro, ao Alto da Ajuda.

(Texto de apresentação da IV Bienal, anunciada em Lisboa, no dia 25 de Junho, em encontro com a Comunicação Social)

PCP

Exposição do 60.º aniversário a partir de amanhã no Porto

A versão resumida da exposição que há dois anos assinalou os 60 Anos de Vida e Luta do PCP é amanhã inaugurada na cidade do Porto.

Em 1981 foi apresentada com grande êxito no Pavilhão dos Desportos de Lisboa uma exposição comemorativa do 60.º aniversário do PCP que seria, depois, ponto alto da Festa do «Avante!» desse ano.

Posteriormente, uma versão resumida desse inesquecível certame percorreu milhares de quilómetros pela Europa, apresentando-se nas capitais da Hungria, URSS, Bulgária, RDA e Checoslováquia, ao longo de oito meses: de Maio de 1982 até inícios de 1983.

Ora, é exactamente essa versão que poderá, agora, durante 10 dias, ser apreciada pelo povo do norte do País, numa derradeira oportunidade.

A exposição encontra-se no Palácio de Cristal até ao próximo dia 21, com o seguinte horário:

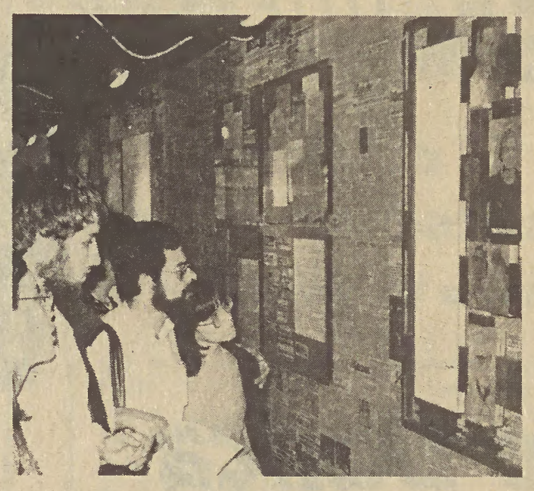
● **Dias úteis** — das 19 às 23 horas;

● **Sábados, domingos e feriados** — das 15 às 23 horas.

Durante a exposição funcionará permanentemente um auditório para apresentação de filmes e diaporamas e ainda um *stand* de livros e discos. Serão proporcionados aos visitantes encontros e explicações detalhadas sobre a **Vida e Luta do PCP**, tema do certame que agora abre na capital nortenha.

Como salienta o Gabinete de Imprensa da Direcção Regional do Porto (DORP), o PCP é um grande partido nacional que se orgulha legitimamente de ser o mais antigo partido político português e simultaneamente, um partido virado para o futuro, para o progresso do nosso país e para a felicidade do nosso povo. A vida e a luta do PCP estão intimamente ligados à História de Portugal e à luta do povo português. A exposição, ao falar do PCP, de aspectos da sua organização, da vida e da luta dos seus militantes, da repressão sofrida e do heroísmo no combate, da alegria e da energia dos comunistas na construção e defesa do Portugal de Abril, fala também da luta geral da classe operária, dos trabalhadores e do povo, da acção de outros democratas na luta antifascista e na Revolução Portuguesa.

A fundação do PCP como resultado da evolução do movimento operário português e do advento da época histórica da passagem do Capitalismo ao Socialismo e os primeiros anos da sua actividade estarão patentes através da fotografia e da legenda, do mapa e do gráfico, do documento e do objecto. A organização do Partido nas condições de clandestinidade durante a ditadura fascista e o papel dirigente que o PCP assume nas lutas do proletariado e do povo português, são ainda abordados na exposição. O papel dos comunistas nos duros anos de luta, com o início da II Guerra Mundial, e na criação de um amplo movimento unitário e democrático que conquista para a oposição um espaço de acção política legal, o MUD e o MUD Juvenil, nos anos que



sucedem à vitória sobre o nazi-fascismo; a imprensa clandestina, os mártires caídos na luta; o trabalho criador e a luta dos intelectuais e dos democratas contra o obscurantismo fascista — são momentos da vida e da luta do PCP, dos trabalhadores e do povo português, registados na exposição, que não esquece temas como «as poderosas lutas e manifestações que se desenvolvem nas décadas de 50 e 60, a candidatura de Humberto Delgado e Arlindo Vicente, as manifestações do 1.º de Maio de 62, o início da luta armada em Angola — tudo vai abalando os alicerces do regime fascista.

«A luta nas prisões fascistas, o novo fluxo revolucionário nos fins dos anos 60, as primeiras manifestações de massas contra o governo de Marcelo Caetano, a formação da Intersindical, o desenvolvimento da luta anticolonial, as vagas sucessivas de lutas em 73 e 74, o surgimento do Movimento dos Capitães — cada destes momentos da História estarão na exposição apresentada pelo PCP. E lá estarão também as fotografias, os documentos da Revolução de Abril, das formas de intervenção das massas populares em defesa das conquistas da Revolução e de um partido – o PCP — que surge impetuosamente à luz do dia e que se transforma dum forte partido clandestino no grande partido nacional e de massas que hoje é».

A exposição estende-se ao longo de 400 metros de painéis e seguiu para o Porto transportado em camião num grande contentor, tal como nos oito meses que viajou pela Europa.

Como nos referiu o camarada Paulo Coutinho que desde o início tem acompanhado o certame, os materiais que o constituem, depois desta última apresentação pública, regressam ao museu e ao arquivo do Partido e também às colecções dos particulares que os cederam. Há também material que será recuperado para iniciativas futuras e quanto a obras de carácter artístico feitas de propósito para a exposição, pensa-se que o melhor destino serão os locais que as possam dignificar e valorizar, em contacto directo com a realidade, a luta e a organização do PCP e dos trabalhadores.

A entrada no Palácio de Cristal é gratuita.

Comício em Sines

«O Projecto não deve morrer»

No decorrer da Festa da Terra e do Mar, que animou a vila de Sines no último fim-de-semana com um vasto programa cultural, artístico, desportivo, recreativo e de debate político, realizou-se um comício em que usou da palavra o camarada Dias Lourenço, membro da Comissão Política do Comité Central.

«A bela e histórica vila de Sines não é mais hoje a bucólica praia dos velhos tempos que pacíficos trabalhadores do mar animaram com a sua faina», referiu o dirigente comunista, que mais adiante acrescentou:

«Sines transformou-se num importante complexo industrial e portuário. É hoje e poderá vir a ser ainda mais no futuro um grande pólo de desenvolvimento económico e social que transcende as velhas muralhas do castelo e os limites do concelho para interessar a todo o País.

«Em 10 curtos anos a vossa terra saltou dos cerca de 5000 habitantes para uma população de mais de 12 000 e tornou-se num centro de actividade onde labutam e vivem cerca de 20 000 pessoas.

«Isto em si é um facto positivo.

«Pode entretanto tornar-se negativo se não for atalhado a tempo um processo de desenvolvimento anárquico que contraria os interesses do País e do povo português.

«Sines é o maior porto natural da nossa costa atlântica do sudoeste, dispõe de uma magnífica baía, rica de potencialidades com condições excepcionais para servir uma vasta região interior.»

Durante a sua intervenção, Dias Lourenço diria mais adiante, referindo-se ainda a Sines:

«Mas hoje, em consequência de uma política essencialmente errada que se arrastou no tempo, de uma política de subordinação dos interesses nacionais a poderosos interesses privados e de grupo, uma grave ameaça sobre o futuro imediato do Complexo de Sines (...).

«Essa ameaça pode já estar concretizada nos acordos que acabam de ser firmados entre o Governo Soares/Mota Pinto e os negociadores do FMI».

Prosseguiu o director do «Avante!»:

«Estamos hoje em condições de julgar com objectividade e com severidade o critério antieconómico e antinacional de um projecto que já engoliu milhões de contos do erário público e que representa uma fatia volumosa da nossa Dívida Externa.

«As críticas então feitas pelos comunistas estão hoje claramente comprovadas.

«Não foi o desenvolvimento harmonioso e criteriosamente planificado da região Sul do País, que presidiu à concepção e nascimento do projecto de Sines nos tempos da outra senhora.

«Aos fascistas do passado não os motivou a valorização de um velho porto de pesca capaz de se tornar uma grande instalação portuária de decisiva importância na metade Sul do País, região que a Reforma Agrária no pós 25 de Abril empreendeu arrancar ao atraso e ao subdesenvolvimento e onde um Alqueva — esse outro grande projecto que os actuais governantes na linha da defunta «AD» querem enterrar — pode abrir possibilidades extraordinárias de aumentar a nossa produção agrícola e pecuária, de fornecer culturas industriais e energia eléctrica, de garantir 25 000 novos postos de trabalho.»

«Não os impeliu a extracção, laboração e escoamento de uma produção mineira das mais ricas e promissoras do País e que na área de Sines poderiam ser transformada em benefício de Portugal e dos portugueses;

«Não os inspirou as ricas potencialidades turísticas de uma extensa e magnífica zona marítima com as esplêndidas praias da baía de Sines, capaz não só de se tornar numa importante fonte de divisas como de proporcionar à população trabalhadora de um Sul interior castigado pela canícula umas merecidas férias à beira-mar.

«Não os sensibilizaram, principalmente os interesses da numerosa e laboriosa classe piscatória de um dos mais importantes centros abastecedores de peixe do País fortemente implantada nesta orla do Atlântico e agora a braços com gravíssimos problemas, como os do porto de pesca, da lota e outros.

«Não, não foi nada disto que estimulou os fascistas do 24 de Abril nem os seus homens de palha após o 25 de Abril na concepção e execução do projecto de Sines.

«A mola que os empurrou foi a gula do lucro máximo e rápido dos Melos, dos Champalimaud, dos Bulhosa, dos Espírito Santo e outros magnates em estreita ligação com poderosos grupos internacionais do capital financeiro.

«A oligarquia que fabricou superlucros à custa da miséria e da exploração desenfreada dos trabalhadores e do povo de Portugal jogou em Sines numa roleta cheia de números falsos.

«Jogaram no longo encerramento do canal de Suez e na procura ilimitada dos produtos petrolíferos, nos petroleiros gigantes para a rota do Cabo e com o ovo no cu da galinha de recursos petrolíferos inesgotáveis da nossa plataforma continental.

«Para isso sobredimensionaram a nossa capacidade de refinação instalada: 10 milhões de toneladas em Sines a juntar aos 9,5 milhões de Lisboa e Porto — o dobro das necessidades do nosso mercado interno.

«Aqui se enterram até 1982 mais de 120 milhões de contos, quatro vezes mais dos investimentos inicialmente previstos.

«Suez foi reaberto poucos anos depois, a crise petrolífera estalou em cheio no mundo capitalista, a plataforma continental não sabem os portugueses o que tem — é um segredo guardado pelos pesquisadores estrangeiros — e agora aí temos nós um menino nos braços que não podemos nem devemos deixar morrer.

«Sim, nós pensamos que o projecto de Sines não deve morrer, que deve ser urgentemente revisto tendo em conta a sua importância económica e os vultosos capitais já investidos.

«Deve ser revisto integrando-o na problemática económica do Alentejo e do País e com a preocupação central de dar arrumação definitiva ao porto de pesca, construindo-o de forma que dê abrigo à importante frota pesqueira de Sines e permita reactivar uma indústria do peixe de inegável interesse para o País.

«Neste sentido, não se pode aceitar, por exemplo, que a improvisação presida à correcção dos erros do passado. Não se pode encurtar o terminal mineraleiro espetando com ele no velho arremedo de porto de pesca ou destruindo mais ainda as areias de S. Torpes e a riqueza piscatória da reserva pesqueira de Sines.

«Por outro lado, o Gabinete da Área de Sines, que hoje emprega cerca de 1000 trabalhadores acumula uma importante experiência tecnológica que não pode perder-se e deve ser aproveitada na recuperação e reconversão do projecto.

«Estes problemas naturalmente requerem trato e apreciação especializada e concreta.

«Mas quando há pouco ouvimos o actual ministro das Finanças e do Plano anunciar que «se for necessário vai mandar parar obras públicas já em curso» e quando já circulam rumores que por exigências inadmissíveis do FMI se faria a paragem dos projectos siderúrgico e petroquímico de Sines, sem uma revisão criteriosa do projecto inicial, não podemos deixar de exigir o respeito pelas realidades económicas e sociais criadas, de assegurar o pagamento e actualização dos salários e a defesa e manutenção dos postos de trabalho de milhares de trabalhadores.

«Sines tem hoje à frente uma Câmara de maioria absoluta APU. É uma grande conquista e uma grande vitória do povo de Sines.

«A CM, que tem a responsabilidade de administrar o concelho, deve ser obrigatoriamente ouvida e participar na revisão do projecto de Sines, designadamente no caso da arrumação definitiva do terminal mineraleiro que a proposta da Câmara permitiria ao mesmo tempo solucionar o velho e profundamente sentido problema do porto de pesca.

«Nesta própria festa estão expostos quadros que mostram as importantes realizações materiais e culturais da Câmara APU de Sines, cujo presidente, o camarada Joaquim Pacheco, está aqui presente.

«É todo um trabalho altamente positivo ao serviço da população do concelho que só uma autarquia APU poderá realizar e que não pode deixar de ser saudado e aplaudido. E naturalmente continuado.»

O camarada Dias Lourenço abordaria ainda a situação política actual, focando, nomeadamente, as medidas do Governo de Mário Soares e Mota Pinto contra o Portugal democrático e o povo trabalhador.

FESTA POPULAR EM MELIDES

No Largo da Feira

Comissão Local de Melides
Partido Comunista Português

Comício em Montargil

A vida confirma que o PCP tinha razão!

«O PCP sempre afirmou que não deveria haver ilusões: na hipótese de uma coligação governamental PS/PPD não haveria alteração da política portuguesa. A crise agravar-se-ia e os grandes problemas do País continuariam sem solução. Após dois meses de Governo PS/PSD a vida confirma ou não que o PCP tinha razão?»

A pergunta foi feita durante a intervenção do camarada António Gervásio, membro da Comissão Política do Comité Central, em Montargil, na Festa da Amizade, que decorreu no passado fim-de-semana por iniciativa dos militantes comunistas daquela freguesia.

«Não deve haver qualquer ponta de ilusão! Dois meses de governo (ou desgoverno...) PS/PSD são mais do que suficientes para fazer prova dos propósitos antidemocráticos desta coligação de direita ao serviço dos monopólios, dos agrários e do imperialismo» — salientou mais adiante o dirigente comunista, que acrescentou:

«A equipa Soares/Mota Pinto, como tem advertido o PCP, não tem o propósito de alterar a política de desastre nacional imposta pela ex-AD. Mas ao contrário, propõe-se continuar a política e os objectivos golpistas da ex-AD e até agravá-los em muitos aspectos: propõe-se ir mais longe nos ataques às conquistas da Revolução de Abril e aos direitos dos trabalhadores, do que foi a própria AD.»

Condenada ao fracasso

Noutra passagem da sua intervenção, António Gervásio declarou:

«A coligação PS/PSD não tem futuro e está infalivelmente condenada ao fracasso. Cada dia é maior o número de pessoas a ver que o *slogan* eleitoralista do dr. Mário Soares — "Vamos Vencer a Crise" ou "Todos Juntos Venceremos" — falhou redondamente. A coligação soarista – pêpêdista está enterrada na crise: na crise política, na crise económica e financeira, crise social e até crise militar (...). É uma coligação com os dias contados. Os próximos tempos nos dirão.»

Durante a sua intervenção, António Gervásio deu uma panorâmica da situação do País como consequência da política PS/PSD, nomeadamente ao nível da situação social e das ofensivas contra as transformações económicas operadas com a Revolução de Abril, tendo salientado também as tarefas que cabem aos democratas no momento presente e a política necessária para tirar o País da crise em que se encontra.

Sobre a questão da dívida externa e das imposições do Fundo Monetário Internacional, o dirigente comunista diria a dado passo:

«A dívida externa do País sobe hoje a um bilião e 600 milhões de contos. Ou seja: cada português deve hoje 164 contos ao estrangeiro. Os encargos com a dívida externa custam este ano ao País 257 milhões de contos.

«O FMI tem estado no País a negociar nos empréstimos. Por aquilo que sabemos, as exigências do FMI são bem duras para a vida do nosso povo. Por exemplo, fala-se que o FMI exige o corte das verbas para o Poder Local; o corte de verbas para o sector social; o congelamento dos grandes projectos nacionais — Alqueva e outros; restrição do crédito e elevação das taxas de juro; contenção da produção nacional a nível zero e abaixo de zero; contenção do mercado interno (ou seja redução do poder de compra); salários abaixo da inflação, etc.

«Diz-se que as imposições do FMI são tão gravosas e trazem sacrifícios tão duros à vida do povo que o Governo teme anunciá-las já. Diz que **serão oportunamente anunciadas** essas medidas, mas que vai ter em conta todas as **considerações de conveniência política**. Quer dizer, ameaça tomar medidas repressivas, caso haja explosões de descontentamento popular na rua.»

«... Mais se cai no abismo»

«Estamos perante um Governo totalmente ajoelhado e subserviente ao imperialismo americano, procurando nas potências imperialistas o apoio que não tem no País. Mas a experiência ensina-nos que **quanto mais se cai nos braços do FMI e do imperialismo mais se cai no abismo!**

«Enquanto a actual coligação arrasta o País para a miséria e para o caos e agrava duramente as condições de vida do povo, a coligação PS/PPD ameaça com medidas repressivas contra os trabalhadores e contra o povo (...) Estamos face a um Governo com as armas apontadas aos trabalhadores e à sua luta pelo pão e pelo trabalho (...)»

Comício em Portimão

Em 50 dias de Governo mais de 100 aumentos *Onde vamos parar?*

Realizou-se no passado fim-de-semana em Portimão a tradicional Festa de Agosto, organizada pela Comissão Concelhia do PCP, este ano com a participação das organizações de Lagos, Lagoa e de Silves.

Contando com a presença de numerosa assistência, a festa correu de forma animada, constituindo uma importante realização política. Para além dos espectáculos com a presença de vários artistas e de animados bailes, a festa contou com uma exposição política, pavilhões de comes e bebes, artesanado e outros, dos quais destacamos uma exposição sobre o património cultural do barlavento algarvio organizado por um grupo de independentes.

Para além de um espaço de convívio, a Festa de Agosto foi também uma importante manifestação cultural e artística.

No dia 6, Carlos Brito, membro da Comissão Política do PCP e deputado pelo Algarve na AR fez uma intervenção política, afirmando a dado passo: «Na campanha eleitoral, Mário Soares prometeu 100 medidas para 100 dias. Ainda só tem 50 dias de governo e decretou mais de 100 aumentos. Aonde vamos parar até o Governo completar 100 dias? A acção do Governo é pior que a pior praga de Alvor».

Referindo-se aos problemas do Algarve, Carlos Brito afirmou que «tanto ele como a camarada Margarida Tengarrinha têm interrogado o governo sobre o problema da água, a situação dramática da indústria de conservas e dos trabalhadores que não recebem salários, o problema da habitação e outros dos muitos que atingem o Algarve. A resposta do Governo tem sido o silêncio.

Agora apareceu um ministro no Algarve avançando com projectos de estruturas no montante de 15 milhões de contos. É uma mentira rematada. Esses projectos são antigos, alguns anteriores ao 25 de Abril». E quase a concluir: «o Governo Mário Soares/Mota Pinto está tornando a nossa vida impossível. Que havemos de fazer? A resposta é simpres: tornar impossível a vida do Governo. Isto é, intensificar a luta e o esclarecimento, tendo em vista a substituição do governo por um governo democrático».

Plenários da 2.ª Zona do CLL

A 2.ª Zona do Comité Local de Lisboa, do PCP, vai promover diversos plenários na próxima quarta-feira, dia 17, para análise da situação política e Festa do «Avante!».

Os camaradas das freguesias de *Alcântara, Prazeres, Belém* e *Ajuda*, devem reunir-se nos respectivos Centros de Trabalho, às 21 e 30, a fim de discutirem os pontos da ordem de trabalhos acima citados.

É importante, camaradas, não faltem!

Concurso de pesca de traineira

No próximo dia 14 decorrerá na Costa da Galé, em Setúbal, um concurso de pesca desportiva aberto a todos os pescadores de traineira, iniciativa da organização do PCP.

São prestados todos os esclarecimentos no Centro de Trabalho do Partido na cidade de Setúbal, ou através do telefone 2 22 73.

Festa da Liberdade no Escoural

A Comissão de Freguesia do PCP realiza no **Escoural** mais uma edição da Festa da Liberdade, já no próximo fim-de-semana. Do programa elaborado, destacamos:

Sábado — 16.00, torneio de malha; 19.00, actuação do Rancho de Casa Branca; 21.00, baile animado pelo organista Custódio Espadinha.

Domingo — 7.00, alvorada com foguetes; 9.00, estafeta Casa Branca – Escoural; 11.00, atletismo infantil para participantes entre os 7 e os 12 anos; 13.00, almoço-convívio; 14.00, torneio de malha; 16.00, vacada; 19.00, comício com intervenção do camarada José Mota, do Comité Central; 20.00, actuação dos Pioneiros de Vendas Novas; 21.00, momento de fado com Fernando Farinha; 22.00, baile.

Festa da Bordeira

Realiza-se nos dias 19 e 20 deste mês a Festa da Bordadeira, no concelho de Faro, organizada pela Comissão Local do PCP. Esta festa, já tradicional, contará com a actuação, entre outros, de Teresa Paula Brito e Filipe Gomes dos Santos, havendo ainda baile com conjunto, exposições, «comes e bebes» e jogos populares.

Comício em Valbom

É necessário vencer a desilusão de muitos socialistas

Realizou-se no passado dia 7 (domingo) a Festa da Vida, iniciativa da Comissão de Freguesia de Valbom do Partido Comunista Português. Pronunciou uma intervenção política, de que transmitimos alguns extratos, o camarada Avelino Gonçalves, da DORP do PCP e membro suplente do Comité Central:

(...) É necessário vencer a desilusão de muitos que, confiando no PS, julgavam vencer a «AD» e que agora se sentem traídos. Há cerca de 10 meses a «AD» anunciou uma série de medidas que o Governo se propunha tomar e que resultariam na prática numa subversão completa do regime. Pouco tempo depois o governo de Balsemão estava demissionário e a «AD» caía aos pedaços. A AR foi dissolvida, foram marcadas eleições gerais e renasceu a esperança numa alternativa democrática para a política e para os governos que tinham atingido Porgugal ao longo de três anos. As eleições de Abril passado mostraram que o PCP tinha razão quando afirmava que a «AD» não dispunha de apoio social e político que legitimassem o seu governo. Em 25 de Abril deste ano o povo mostrou que estava contra a política antipopular e antinacional que a «AD» prosseguiu durante anos.

Mas os factos posteriores às eleições mostraram igualmente que o PCP tinha também razão quando antes das eleições prevenira quanto à disposição do PS/Mário Soares de dar a mão à «AD», de usar os votos dados ao PS contra a «AD» para salvar a «AD» e prosseguir a sua política.

Mário Soares, secretário-geral do PS, o mesmo que retirou o seu apoio a Eanes e descobriu laivos de democrata a Soares Carneiro, está agora à frente de um governo, realizando a política de direita que a «AD» não pôde levar até ao fim. A seu lado tem Mota Pinto, mandatário nacional de Soares Carneiro. É natural que perante esta situação muitos socialistas e simpatizantes do PS, que votaram no PS para derrotar a «AD», se sintam desarmados e traídos. É preciso evitar que caiam no desânimo, que descreiam da democracia, que cruzem os braços e se deixem derrotar. É preciso mostrar-lhes que o seu lugar é ao lado dos outros democratas contra este Governo e a sua política (...)

Trabalhadores

Agravam-se conflitos em grandes empresas

Anunciada para hoje nova paralisação na Siderurgia Nacional

Depois das paralisações de 27 do mês passado, e 2 e 4 deste mês, os trabalhadores da Siderurgia Nacional, insistindo sempre nas negociações mesmo durante os períodos de paralisação, e tendo reduzido entretanto o calendário de greves que inicialmente previa mais horas de paralisação, continuaram a ver boicotadas as suas iniciativas para resolver o conflito, e foram forçados a marcar para hoje novo período de greve, a concretizar se não forem satisfeitas as reivindicações, designadamente as que se prendem com o processo de revisão salarial. Depois da paralisação do dia 4 (24 horas), a base do conflito mantinha-se à volta da diferença entre os 17 por cento (gestão) e 19 por cento (comissão negociadora sindical). Numa nota acerca do conflito, a Federação dos metalúrgicos, na quinta-feira da semana passada, referia a dada altura: «Por motivos que consideramos alheios ao que está em causa no processo de revisão salarial (e referia aquela diferença de 2 por cento) o conselho de gestão, ao manter a sua intransigência, revela irresponsabilidade e incompetência para continuar à frente dos destinos de tão importante empresa nacionalizada». Por resolver, com lutas suspensas ou em curso, mantinham-se anteontem, além da **SN**, os conflitos da **RDP** (greve de 24 horas dia 9); **ANOP**; despedidos da **RTP** por reintegrar (apesar da sentença do Tribunal do Trabalho); **CIFA**; **CIVE** (Marinha Grande) e várias empresas no Norte e Centro (ver pág. 3); **Quimigal**; **UTIC**; **Torralta**; **Gelmar**; **Matur/Atlantis**; **Mompor** e dezenas de outras empresas com salários em atraso.

Anunciados com antecedência suficiente para que sobre eles se realizassem negociações, os objectivos principais das paralisações na Siderurgia Nacional são os seguintes:

«1 – Desbloqueamento da actual situação de impasse criada pelo conselho de gerência, com a conivência do Governo, ao processo de revisão da tabela salarial;

2 – Repudiar a tentativa de imposição à esmagadora maioria dos trabalhadores da empresa, do tecto salarial de 17 por cento;

3 – Exigir do conselho de gerência uma resposta satisfatória às justas reivindicações dos trabalhadores da empresa consubstanciadas na última proposta da CNS.

4 – Denunciar e repudiar a atitude discriminatória, ilegal e inconstitucional do conselho de gerência em relação à aplicação de aumentos salariais aos trabalhadores da empresa, violando, assim um princípio constitucional de "para trabalho igual salário igual", assim como também a violação da convenção internacional da OIT que foi ratificada por Portugal».

Serenidade consciente

As organizações representativas dos trabalhadores, designadamente a CT (COTRA) e CISE (comissão intersindical de delegados) e a FSMMMP (Federação sindical dos metalúrgicos) ao mesmo tempo que anunciavam «firmeza e determinação» na luta (a SN emprega cerca de 4800 operários da metalurgia) frisavam que é necessário «mantermos a serenidade consciente e responsável nos piquetes de greve, não dando oportunidade a quem quer que seja para tentar tirar **dividendos políticos** — sublinham as ORT's — de uma luta que é de todos os que lutam pelo justo salário e contra a ilegalidade».

As ORT's da SN, que neste meio tempo apresentaram ao Governo uma moção no sentido de se concretizar o **Plano Siderúrgico Nacional** e, nomeadamente, para que sejam informadas de quais «os prazos previstos para o descongelamento do PSN», foram recebidas na quinta-feira pelo chefe de gabinete do ministro da Indústria e Energia, Veiga Simão.

Dessa reunião «nada mais resultou que o compromisso de que as preocupações dos trabalhadores seriam dadas a conhecer ao ministro e ao secretário de Estado da Indústria, mas que de qualquer modo a solução do conflito passará também por uma tomada de posição do conselho de gerência», que ainda anteontem era a mesma que adoptara antes das paralisações.

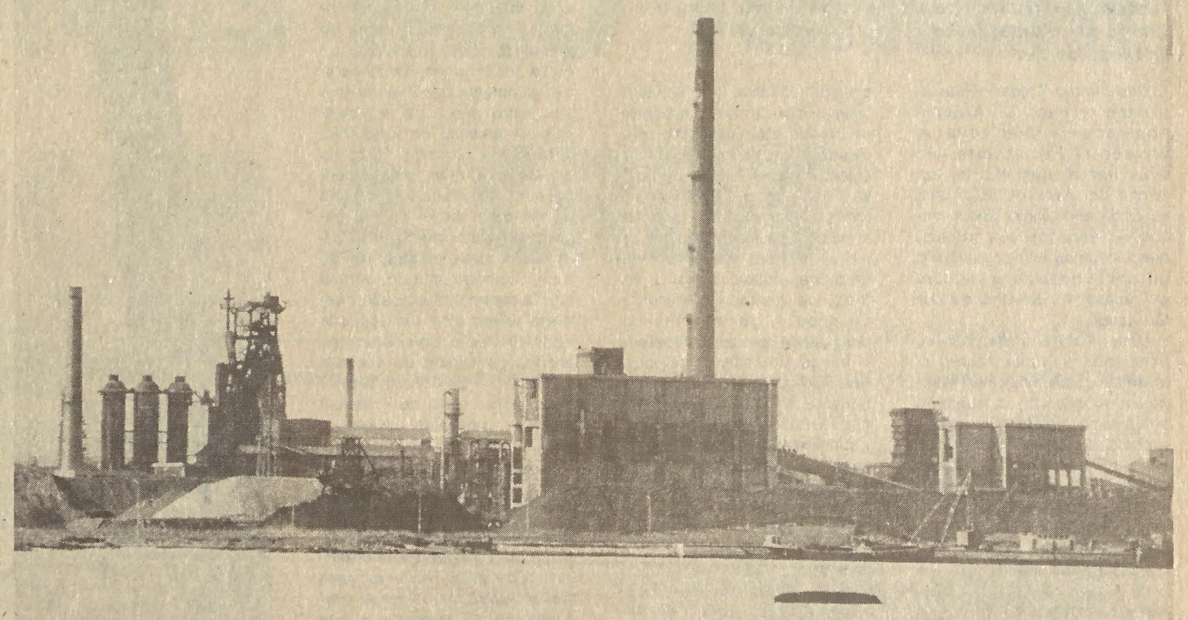
Plano Energético, PSN e Quimigal

Conflitos prolongados e caros afligem grandes empresas nacionalizadas como a **TAP**, **Quimigal, Mompor, SN** e sectores inteiros como o **vidreiro**, a **metalomecânica**, a **indústria naval.** Os trabalhadores procuram soluções de conjunto, têm apresentado propostas e há anos que insistem na necessidade de encarar urgentemente problemas relacionados com os tão falados **Planos**, especialmente o **Siderúrgico**, que tem a ver directamente com a **fábrica do Seixal**, e o **Energético (PEN)** sobre o qual ainda há pouco se pronunciou a CGTP-IN.

Com o título de «Com o actual Governo consolida-se o poder dos ultranuclearistas», a Central unitária enviou recentemente uma nota aos jornais trascrevendo parte de uma desenvolvida declaração, que apresentou no âmbito da sua participação nos trabalhos do grupo consultivo e de apoio ao Plano Energético Nacional.

Depois de considerar que no **PEN-82** «se cometem várias incorrecções, tais como a subestimação dos custos da energia eléctrica do origem nuclear que seria produzida em Portugal», e de sublinhar outros factores que contribuem para os erros de abordagem da questão, a CGTP «critica o desprezo manifestado em relação ao potencial hidro-eléctrico nacional», a «submissão nítida aos interesses das multinacionais», e manifesta-se «pela diversificação dos abastecimentos energéticos» e não pelo seu «afunilamento», como tem vindo a acontecer.

A CGTP, que se opõe à compra de «uma central nuclear com chave na mão às multinacionais», sublinha que, **«com a posse do actual Governo se consolidou e alargou o poder de um grupo de pressão ultranuclearista, estreitamente ligado ao Banco Mundial e, concomitantemente, a poderosos monopólios internacionais, fabricantes de centrais nucleares. É assim altamente questionável** — adverte a Inter — **que o Governo actual esteja em condições de proceder a uma opção quanto à questão nuclear»** — uma opção que seja **«isenta, objectiva e de acordo com os interesses nacionais»**, conclui a CGTP-IN.



Siderurgia Nacional: firmeza e determinação dos trabalhadores por objectivos justos e fundamentais

Prossegue a escalada contra o emprego

• 200 milhões perdidos no ano passado
• Firmeza contra medidas do Governo
• Disposição de luta na MDF

«De acordo com o próprio Governo o desemprego já atinge 11 por cento da população activa, ou seja, já existem no nosso país pelo menos 470 mil desempregados». A posição da CGTP, que justamente salienta a elevada soma de 200 milhões de contos perdidos pela produção em 1982 devido ao desemprego, vêm juntar-se diariamente, entre outras fontes sobre o mesmo assunto, as situações de ruína que se vivem em muitas empresas e sectores inteiros, com dezenas de milhar de empregos. (A própria banca e os seguros não fogem à regra). Segundo a respectiva CT, a Metalúrgica Duarte Ferreira é uma dessas empresas atingida, embora seja a maior unidade nacional da metalomecânica ligeira e empregue cerca de 2500 trabalhadores.

Numa ocasião em que o Governo é o primeiro a dizer que **se consome mais do que se produz**, a Central sindical, depois de lembrar que «as necessidades mais elementares da população estão longe de se encontrarem minimamente satisfeitas», salienta com toda a oportunidade que, se cada um desses 470 mil desempregados produzisse «o que em média cada português activo produziu em 1982», a produção nacional desse ano «teria sido superior à que efectivamente foi em mais de 200 milhões de contos».

A Inter, que divulga resultados e análises do seu gabinete de estudos, acrescenta que «a perda de tão elevada parcela da produção», provocada pela «existência de tantos trabalhadores desempregados, é um **autêntico crime nacional**».

É esta a situação que o Governo se prepara para agravar. Prepara-se «para ceder às exigências do FMI — frisa a CGTP – as quais se traduzirão, se forem concretizadas», numa ainda maior percentagem de desempregados e numa perda muito maior para a produção nacional, «num país onde a fome já atinge largos estratos da população trabalhadora».

MDF: esgotada a ajuda estatal...

«Esgotada em Julho do corrente ano a ajuda estatal», que se concretizou num «auxílio financeiro de centenas de milhares de contos, nomeadamente para a manutenção dos postos de trabalho – revela a comissão de trabalhadores – **veio ao de cima a incapacidade e a incompetência da administração para resolver os graves problemas da empresa**. Num *telex* com o título «patronato da MDF e o Governo querem lançar na miséria centenas de famílias», a CT acrescenta que «em dois anos de gestão privada, e apesar dos dinheiros recebidos do Estado, **a MDF aumentou as dívidas em mais de 2 milhões de contos, cifrando-se a dívida total em 5 milhões de contos»**.

Afinal «os salvadores ainda afundaram mais a empresa», sublinha a CT lembrando que a MDF, intervencionada desde Dezembro de 1974 até Dezembro de 1979, embora os sucessivos governos nada fizessem para verdadeiramente a viabilizar, **os salários e os postos de trabalho foram garantidos** nesse período de cinco anos. E isso «apesar das tentativas de sanear financeiramente a empresa à custa dos trabalhadores, isto é, através de despedimentos em massa».

Mundos e fundos

Na altura em que lhes foi devolvida a empresa, os patrões prometeram mundos e fundos, afirma a CT. Agora, os «pretensos salvadores», depois de eles próprios se porém a salvo, criando duas empresas à custa da MDF, confessam qua «a única salvação para a empresa é o **despedimento de centenas de trabalhadores**».

Mas entretanto, além de constituirem essas empresas de comercialização de máquinas agrícolas e electrodomésticos fabricados pela MDF e associadndo esta à manobra, os patrões não deixaram de gastar parte do dinheiro recebido do Estado «**na compra de automóveis de luxo** para administradores e homens de mão, em festas, jogos de futebol, ralies, andares, etc.»

Em 29 de Julho, os trabalhadores tomavam conhecimento de que a administração da MDF não pagaria parte dos salários de Julho e o subsídio de férias.

«Os trabalhadores, declara a CT, não permitirão nenhum despedimento» e levarão a sua luta até onde for necessário.

O expediente dos seguros

A reabertura da banca e dos seguros ao grande capital privado, para apoio financeiro à reconstituição dos monopólios, provoca por seu turno grande intranquilidade entre os trabalhadores desses sectores, que vêem em perigo os postos de trabalho. Ao referir-se ao assunto, a célula do PCP na Fidelidade Grupo Segurador/EP, depois de sublinhar o «expediente» que consiste em apresentar através de certa comunicação social a reprivatização como uma fatalidade, quando os trabalhadores não a aceitam como tal e antes a repudiam como já o fizeram anteriormente, sublinha que «quando o mercado é restrito e o crescimento económico do País quase nulo, a existência de mais companhias (seguradoras) serviria exclusivamente para destruir as nacionalizadas, cuja situação é já por si instável, como consequência de uma gestão ruinosa, executada para criar situações críticas de viabilização».

Adverte a célula:

«As novas empresas surgiriam altamente mecanizadas, empregariam um número muito inferior de pessoas, e tanto quadros técnicos como carteiras de seguros seriam 'retirados' ao sector nacionalizado, deixando este à beira do colapso, e pondo consequentemente em risco os postos de trabalho».

A célula chama a atenção dos companheiros de trabalho «para a grave situação que se está a desenvolver».

Banca, seguros, função pública

Aumenta resistência contra medidas do Governo

• Reafirmada necessidade de negociar

O sector de serviços entendido no seu conjunto, mas especialmente a banca, os seguros e a função pública, sem adoptarem formas de luta que envolvam paralisações, nem por isso têm deixado de intervir junto da opinião pública e procurado insistentemente a negociação com o Governo a mais que um nível, a fim de obstar às imposições de medidas que lesam centenas de milhares de trabalhadores, e defender o sector empresarial do Estado, designadamente a nacionalização da banca, seguros e restantes sectores que este Governo pretende abrir ao grande capital privado.

Depois de terem enviado um protesto ao Primeiro-Ministro, Mário Soares, os representantes dos trabalhadores da banca, organizados nas CTs por local de trabalho, continuam a mobilizar assim como nos seguros, adesões e vontades contra a desnacionalização daqueles sectores, o que acarretaria inclusivamente graves riscos para os postos de trabalho e aumentaria a insegurança do emprego que já se faz sentir.

Na exposição de protesto que enviaram ao Primeiro-Ministro, os trabalhadores bancários reafirmam a preocupação que continua a suscitar a tentativa mais recente de delimitação dos sectores «com vista a conferir à iniciativa privada a possibilidade de se introduzir em alguns deles».

A comissão de defesa da banca nacionalizada, que apareceu recentemente no seguimento de uma jornada de esclarecimento em defesa do sector empresarial do Estado, e que subscreve o protesto enviado a Mário Soares, responsabiliza desde já o Governo PS/PSD por eventuais conflitos e lutas que decisões como a de reabrir a banca ao capital privado poderão provocar.

Os representantes dos trabalhadores organizados naquela comissão sublinham que a **lei dos sectores** só ainda não foi alterada no sentido pretendido pela direita mais reaccionária e pelos grupos financeiros que procuram recuperar os monopólios porque a resposta firme dos trabalhadores e das forças democráticas a isso tem obstado.

A comissão de defesa da banca nacionalizada sublinha nomeadamente a inconstitucionalidade desses projectos de alteração da lei dos sectores e a firme oposição dos trabalhadores à reabertura da banca, dos seguros e de outros sectores nacionalizados ao grande capital financeiro que tem recuperado posições desde 1976 sem no entanto conseguir abalar os fundamentos económicos do regime e da Constituição.

A comissão coordenadora das CTs da banca num documento posto a circular com o título «Banca privada, para quê?» toma por sua vez posição contra a abertura da banca ao grande capital privado. A atitude da comissão, frequentemente exposta e reafirmada agora depois de o Governo ter pedido uma autorização legislativa para o efeito na Assembleia da República em 5 de Julho findo, apresenta-se como «forma de garantir os postos de trabalho — ameaça que é sublinhada em todos os documentos e outras intervenções sobre o assunto — permitir a recuperação económica do País e defender a democracia».

Controlo das faltas

As organizações representativas dos trabalhadores da função pública, designadamente os sindicatos e a federação, que têm reclamado por vários meios e em sectores diversos o diálogo com membros do Governo no sentido de evitar a publicação de medidas legislativas contra os seus direitos, exigiam entretanto que o controlo da situação dos trabalhadores doentes não seja objecto de medidas sem que os sindicatos e as outras organizações representativas e directamente interessadas sejam ouvidas previamente sobre «o controlo inspectivo das faltas».

O secretariado da Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores da Função Pública, depois de adiada por noventa dias a data da entrada em vigor de um diploma sobre aquele assunto, que interessa directamente a mais de três centenas de milhares de trabalhadores, recordam que o mesmo diploma da iniciativa da AD institucionalizava o «poder arbitrário e discricionário das chefias, que ficavam aptas a pôr em causa pareceres médicos, além de transformar agentes de saúde em meros polícias dos restantes trabalhadores da função pública».

A respeito desta questão, que se relaciona com um conjunto de medidas que o Governo tem vindo a anunciar para a função pública, o secretariado da Federação sindical do sector sublinha novamente que se torna indispensável «a discussão profunda com as organizações sindicais do novo diploma (sobre o controlo das faltas por doença, com base em critérios a negociar entre as partes».

Recorde-se, por último, que a legislação AD, agora adiada, proibia a justificação das faltas por doença através de atestado médico.

A Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores da Função Pública considera que o adiamento do «controlo» AD reconhece implicitamente a justeza das críticas que os trabalhadores e os sindicatos formularam relativamente àquele diploma, cuja entrada em vigor foi adiada até 31 de Outubro do ano corrente.

Na RTP, ANOP e RDP Governo põe em causa direitos elementares

O grupo parlamentar do PCP, que recebeu na última sexta-feira um grupo de elementos de organizações representativas dos jornalistas da Anop, manifestou aos trabalhadores ali representados a sua solidariedade e o compromisso já anteriormente assumido de defender a sobrevivência daquela agência de notícias. A CGTP acusava entretanto o Governo de violar a liberdade de informação no seu comportamento no caso da Anop e no «afastamento de funções de Pedro Cid, jornalista da RDP».

A Central, ao mesmo tempo que protesta contra «o não acatamento da sentença judicial que manda reintegrar nos seus postos de trabalho 22 trabalhadores despedidos da RTP», considera que este último caso, junto aos outros, «vem demonstrar com toda a clareza» não só «o total desrespeito» do Governo «pelos direitos e interesses dos trabalhadores» como «a recusa de cumprir uma decisão judicial e se prepara para protelar uma situação arbitrária de despedimento que, segundo o apuramento dos próprios tribunais, não tem qualquer fundamento legal».

A CGTP que, nos casos referidos, acusa o Governo de «actuação assente na chantagem e na utilização de argumentos que não têm a menor consistência», sublinha que «os acontecimentos registados nos citados órgãos de informação pública se inserem num vasto plano cujos objectivos são, por um lado, a tentativa de destruição do sector nacionalizado da imprensa e, por outro lado, visam silenciar a denúncia sobre a política governamental em curso que, tudo indica, irá agravar ainda mais as já difíceis condições de vida dos portugueses».

O grupo parlamentar do MDP/CDE recebia entretanto os mesmos elementos das organizações representativas dos trabalhadores da Anop a quem reafirmou as posições de apoio já conhecidas de intervenções na Assembleia da República e tomadas de posição públicas favoráveis a uma solução do conflito que defenda os direitos dos trabalhadores.

Proletários de todos os países: UNI-VOS! Avante!

Internacional

Hiroshima pode ainda acontecer trinta e oito anos depois

Uma cintilação ofuscante, uma explosão que suprime a consciência, um vento quente e, no momento seguinte, tudo em redor arde. O silêncio que se fez após um estrondo de força incomparável, desaparece com a crepitação do fogo.

Esta é uma descrição entre milhares delas. Uma descrição, digamos, física, de um acontecimento que adivinhamos excepcional. Mas, como quae todas as descrições, vai-se aproximando do que realmente interessa aos humanos: **Um instante e a roupa a arder cai dos corpos, incham os braços, os rostos, os peitos; pedaços de pele caem no chão... as pessoas de braços levantados correm, gritando de dor.**

Que inferno é este? Quando e onde aconteceu? A quem aconteceu? Pode voltar a acontecer? Percebemos, em duas frases, que não foi um drama de todos os dias, uma violência que, como tantas, enche os espaços dos jornais, que tenhamos nós presenciado ou conhecêssemos alguém que fosse testemunha de dor tão aguda.

Uma palavra basta, porém, para toda a gente recordar, mesmo os que ainda não eram nascidos quando se acendeu sobre uma cidade japonesa o archote da morte: **Hiroshima**. Uma palavra que quer dizer quase uma centena de milhar de mortos. A destruição e o incêndio dos lares. Uma cidade reduzida a ruínas e cinzas.

Foi há trinta e oito anos. Em 6 de Agosto de 1945. Às 8 horas e 10 minutos, se quisermos ser precisos e vincar bem o momento em que mais de metade da população da cidade foi imediatamente aniquilada. Mais de um quarto morreria nos dias seguintes, sem possibilidades de assistência médica, em sofrimentos indescritíveis. Os sobreviventes carregaram depois e transmitiram a descendentes doenças incuráveis, sofrimentos e taras. As radiações não perdoaram.

Por quê? Para quê?

Se as dimensões da tragédia já as lembrámos, registadas por testemunhas do tempo e do lugar, uma pergunta fica para quem não tivesse meditado neste acontecimento que marcou o nosso século com uma ferida aberta a fogo: por quê? Por que razão um bombardeiro levantou, voou, tripulado por militares dos Estados Unidos que lançaram a primeira bomba atómica sobre uma cidade que não era sequer um objectivo militar? Por que motivo, finda a guerra na Europa – rendidos os exércitos fascistas e nazis após o massacre de muitos milhões de soldados e civis, de muitos jovens e velhos, de muitas mulheres e crianças –, por que motivo, desgastado e quase aniquilado o fôlego do militarismo japonês, por quê este acto aparentemente gratuito, horrivelmente gratuito? Como foi possível?

Os Estados Unidos não tinham necessidade militar de bombardear Hiroshima e Nagasaki, afirmou o general soviético Tchervov, em entrevista recente a propósito da passagem de mais um aniversário da tragédia. **Aliás o próprio Eisenhower disse então ao Secretário da Defesa, Stimson, que «os japoneses estavam quase a render-se», pelo que «não havia necessidade alguma de os atacar de maneira tão terrível», parecendo extremamente significativas estas suas palavras.**

A verdade, adiantou o general soviético, **assenta numa só base: tratou-se de uma tentativa de demonstração de força a todo o mundo, em especial à URSS.**

E o militar soviético lembra o trecho de um livro da autoria de um antigo conselheiro do presidente Kennedy: **o povo americano acreditou com facilidade que a bomba atómica era uma arma absoluta que permitiria aos Estados Unidos, seus únicos detentores, manter a paz no mundo, através da ameaça de a ela recorrer.**

O perigo hoje

Os vivos tinham um aspecto ainda mais horrível que os mortos. Pessoas que haviam perdido a vista, queimada pela explosão, rastejaram pelas ruas, numa tentativa de encontrar caminho para o rio, para matar a sede terrível. Já não eram seres humanos, mas sim larvas de insectos caídos das árvores no passeio. Estas palavras, de outra testemunha de Hiroshima, poderiam fazer pensar que tais cenas não mais se repetiriam. A ameaça de «recorrer» a tal arma bastaria. Mas, no dia seguinte, outra cidade japonesa foi devastada e a tragédia repetiu-se. E, se os sonhos imperialistas não foram mais longe, tal se deve ao facto de, do outro lado do mundo, armas com a mesma capacidade mortífera terem sido rapidamente construídas e colocadas ao serviço da defesa do socialismo que o imperialismo pretendia destruir logo que fossem reunidas condições militares e políticas para tal façanha.

Abordando a questão na actualidade, o general Tchervov afirma: **Claro que a actual administração de Washington pode, se assim o entender, apelar à História para tentar justificar os seus preparativos de guerra e a sua política que visa a utilização em primeiro lugar da arma nuclear, mas o que ela não tem direito de fazer é falsear a verdade histórica, interpretando os acontecimentos de uma maneira ou de outra consoante os seus desejos.**

Trinta e oito anos são passados sobre as deflagrações nucleares de Hiroshima e Nagasaki. **Hoje** – como sublinha um comunicado do Movimento Não às Armas Nucleares em Portugal – **o arsenal nuclear acumulado no mundo é equivalente a mais de um milhão de bombas de Hiroshima, capazes de destruir o nosso planeta não uma vez mas catorze vezes (...) Em diversas partes do mundo há conflitos armados, focos de tensão que podem desencadear um guerra generalizada (...) Vivemos a ameaça de instalação na Europa Ocidental de novos mísseis nucleares americanos que, reduzindo o tempo de ataque de 4 a 6 minutos colocariam a Europa e o mundo mais do que nunca à beira da última epidemia, do holocausto final.**

Hiroshima, 6 de Agosto de 1945. Hoje, o arsenal nuclear acumulado no Mundo é equivalente a mais de um milhão de bombas de Hiroshima

Não é por acaso que por todo o mundo se multiplicam as manifestações a favor da paz e contra a ameaça nuclear. Não é por subterrâneas motivações «políticas» que milhões de pessoas se mobilizam, jovens principalmente. A arma nuclear já foi usada. É uma ameaça que paira de novo sobre o mundo. O aniversário trágico de Hiroshima assim no-lo recorda. E as pretensões armamentistas e belicistas de Reagan **colhem cada vez menos aplauso entre os aliados ao mesmo tempo que as propostas de paz e de desarmamento dos soviéticos e da generalidade dos países socialistas encontram eco favorável junto dos povos e de dirigentes políticos mais esclarecidos.**

Mesmo entre os «ricos» *Sem casa ou mal alojados são milhões*

O constante aumento das rendas de casa e do preço das habitações, as más condições de alojamento e a crítica falta de casas são hoje verdadeiros flagelos para numerosas camadas da população em muitos países.

Mesmo nas regiões mais desenvolvidas economicamente, os problemas da habitação são dos mais graves no plano social. Até na Inglaterra, onde a superfície de locação por habitante é uma das maiores do mundo capitalista, a partir de meados da década de setenta que se verifica uma diminuição considerável da construção civil.

Aumentos em flecha

O facto teve imediatas consequências no aumento em flecha dos arrendamentos. Ainda por cima, o governo anulou o controlo dos contratos nas casas pertencentes a cerca de milhão e meio de proprietários e iniciou mesmo a venda de imóveis da municipalidade a particulares. Adquirindo anualmente até 6 mil destes prédios, os proprietários aumentaram ainda mais as suas rendas.

Contudo, para milhões de famílias inglesas, que não têm dinheiro para comprar a sua própria casa, a obtenção de um apartamento através da Câmara, cujas rendas são mais baixas, é a única saída. Segundo a imprensa, em Liverpool, um dos maiores centros industriais de Inglaterra, mais de 20 mil pessoas esperam a sua vez para receber um alojamento do Estado.

Muitos, portanto, são obrigados a alugar casas particulares. Nestas, a renda representa, em média, 20 por cento do orçamento familiar. As rendas elevadas obrigam por outro lado muitas famílias a alugar casas pequenas ou partes de casa, onde se amontoam demasiadas pessoas.

Em França, por exemplo, 24 por cento dos trabalhadores, 22 por cento dos operários de qualificação média e 18 por cento dos qualificados vivem assim. Os que não podem permitir-se alugar um apartamento «decente», são obrigados a viver em locais insalubres ou em alojamentos temporários.

20 a 30 por cento em casas velhas

No total, em cinco dos principais países industrializados — Estados Unidos, Inglaterra, França, Itália e Japão — mais de 50 milhões de pessoas, ou seja, 20 a 30 por cento de toda a população urbana, vivem em casas velhas e insalubres. No entanto, a cadência da construção de casas ao alcance da bolsa dos trabalhadores é tão baixa, que é pouco provável que este problema possa ser resolvido nas próximas décadas.

A própria imprensa americana confessou que nos Estados Unidos, apesar de todas as medidas tomadas, as barracas multiplicam-se mais depressa que o tempo que demora a destrui-las. Hoje, elas servem de refúgio a 17 milhões de americanos. Em Inglaterra, segundo os dados oficiais, 2 milhões de apartamentos, ou seja, 12 por cento de todo o fundo locativo nacional, são igualmente qualificados como altamente degradados.

A agravar esta situação torna-se cada vez mais difícil receber um alojamento temporário das autoridades locais, ou conseguir mesmo um lugar nos asilos. Cerca de 80 por cento das famílias inglesas que recorrem a isso vêem negada a sua pretensão.

Ninguém sabe exactamente o número de desalojados que há no país. Há famílias numerosas que vivem em automóveis; pais, cujos filhos estão internados, que dormem em garangens e estações; pessoas que diariamente mudam de pensão por falta de fundos.

Nem asilos...

Mesmo os asilos são poucos. Em Nova Iorque, por exemplo, só há quatro, onde não é fácil ser admitido e onde é preciso fazer bicha durante algumas noites para obter um abrigo, regra geral sujo, fedorento e perigoso.

Os que sonham em adquirir casa própria passam também grandes dificuldades, pois os preços estão sempre a subir, tal como os juros dos empréstimos e os impostos. Nos Estados Unidos, por exemplo, casas que em 1969 custavam cerca de 27 mil dólares, custam hoje 74 mil. Isto para não falar do aumento das taxas de juro, que rondam hoje os 30 por cento.

Os preços demasiado elevados dos terrenos repercutem-se igualmente na decisão de comprar uma casa. Se em meados dos anos sessenta uma centena de metros quadrados de terra custava 600-700 dólares, dez anos depois esse preço subiu para 7500 dólares. Quanto aos preços dos materiais de construção, são tão rápidos a subir que, logo que é preciso fazer grandes reparações ou mesmo reparações correntes, o proprietário não tem condições para as pagar. Nestes últimos cinco anos, as despesas para o aquecimento das casas aumentou 79 por cento e as das reparações 28 por cento.

Alto Volta

Retorno à via progressista

Desde o golpe de 17 de Maio que, no Alto Volta e também decerto no estrangeiro, em meios atentos ao que se passa naquele país africano, muita gente esperava o que veio a acontecer na quinta-feira passada. Um movimento militar dirigido pelo capitão Sankara assume o Poder no país, repondo a legalidade, na linha revolucionária que, desde Novembro de 1982 e até Maio último e sob o impulso de jovens militares, tinham procurado conduzir o país com uma política de esquerda.

O golpe de Maio, realizado com a passividade do presidente Uedraogo, com o pretexto de «despolitizar as forças armadas» tentara afastar da cena política os militares revolucionários e instalar de novo em lugares-chave antigos políticos de direita. O Conselho de Salvação do Povo era também alvo das tentativas de liquidação. A força dos militares revolucionários era, porém, grande, apoiada nas organizações de esquerda cuja influência é hoje mais larga e maior a sua coesão.

Quinta-feira à noite, o capitão Sankara – para muitos apenas «o capitão» – assumiu o Poder, após as forças que conduziu terem neutralizado algumas unidades militares fiéis ao coronel Yorian, ministro da Defesa, e ao presidente do Conselho de Salvação do Povo. Os revolucionários instituíram um novo órgão de Poder – o Conselho Nacional da Revolução, que integra soldados, sargentos e oficiais.

Em proclamação através da rádio, Sankara afirmou que o CNR «varreu o regime impopular de Jean Baptiste Uedraogo e do coronel Somé Yorian para devolver ao povo a sua independência, a sua honra, a sua dignidade e a sua liberdade». A proclamação acusava ainda o governo deposto de servir «os interesses inimigos do povo», de estar submetido «ao domínio estrangeiro e ao neo-colonialismo», convidando a população a mobilizar-se para apoiar o CNR e «constituir por toda a parte comités de defesa da revolução a fim de participarem na grande luta patriótica destinada a impedir os inimigos externos e internos de prejudicarem o povo».

Antiga colónia francesa, o Alto Volta, que se tornou independente em 5 de Agosto de 1960, conta com seis milhões de habitantes para um território de 274 mil quilómetros quadrados. Considerado como um dos países mais pobres de África, nem por isso deixava de ser olhado cobiçosamente pelo imperialismo que via com maus olhos, por outro lado, o crescente movimento popular que apoiava o processo revolucionário iniciado em Novembro e travado em Maio.

O golpe de Maio, porém, não conseguiu realizar completamente as aspirações da direita, tendo o próprio Sankara, que fora primeiro-ministro, sido libertado em consequência das pressões das tropas de comandos dirigidas pelo capitão Comparaoé e estacionadas em Pô, a 150 quilómetros da capital, Ugadudu. Outras unidades militares e o conjunto das principais organizações populares de massas e sindicatos contestavam fortemente o governo agora deposto, saudando hoje o movimento que afastou do poder o presidente Uedraogo.

O novo regime manifestou já a intenção de levar o país a desempenhar um papel mais activo no Movimento dos Não-Alinhados. Tal como noutras partes do mundo, as coisas estão feitas para os interesses do imperialismo.

Capitão Sankara, dirigente do movimento militar que assumiu o Poder no Alto Volta

GUATEMALA

General deposto general imposto

Efrain Rios Montt, general, foi derrubado e substituído por Oscar Humberto Mejia, general. Foi na tarde de segunda-feira passada, na Guatemala. Rios Montt fora colocado no poder em 23 de Março de 1982 com o apoio dos Estados Unidos. Oscar Mejia é tido como «um homem da Secretaria de Estado norte-americana». Que diferenças a esperar nas políticas de um e de outro destes dois generais guatemaltecos tão ligados aos Estados Unidos? Ao que parece muito poucas. As coincidências, porém, são fortes.

O apeado presidente Rios Montt distinguiu-se por uma política apoiada na prática da tortura, do assassínio, das deportações e dos massacres. Mais de 2600 camponeses foram massacrados no final do ano passado. O fuzilamento de ditos «guerrilheiros», por ocasião da visita de João Paulo II à América Central também umas das tristes glórias de Montt.

Por seu lado, o general que o substituiu, Oscar Mejia, era o ministro da Defesa do regime de Montt, seu homem de confiança. E a proclamação dos «rebeldes», nas acusações feitas ao presidente deposto, não menciona entre elas os crimes, os fuzilamentos em massa, os aniquilamentos de aldeias inteiras de camponeses.

As coincidências não acabam aqui. Uma delas é o próprio jornal fascista «O Dia» que, em Portugal, a revela: um dos propósitos dos militares chefiados por Mejia – que conserva a pasta da Defesa – é o de «erradicar a subversão marxista»...

A mão da CIA

O comprido braço da administração dos Estados Unidos, que apoiou largamente o regime de Montt, tendo em Janeiro deste ano renovado a ajuda militar que em 1977 interrompera devido aos «escandalosos» massacres e «às violações dos direitos do homem», o comprido braço dos EUA não deve ter sido alheio à substituição agora operada na Guatemala. Preocupados com a situação «escaldante» na zona, os dirigentes americanos gostariam de ter à frente daquele pequeno país da América Central um servidor menos «excêntrico» e «original» como chamou a Montt o «New York Times» na manhã do próprio dia do golpe (outra coincidência?)

Os EUA – o Pentágono, ou a CIA, ou a Secretaria de Estado, ou a Casa Branca – teriam afastado assim um incómodo general e colocado outro menos incómodo, que já deu garantias, pois teria afirmado, sem explicar pormenores aos jornalistas, que as relações com os Estados Unidos «vão melhorar».

Os pretextos avançados pelos militares que depuseram Rios Montt, sublinhando o facto de o general pertencer a uma tal «Igreja do Verbo» – uma das mais de duzentas seitas protestantes do país, de origem estadunidense –, e de se ter rodeado de «conselheiros» da seita que influíam na política do regime, parecem ter sido menos importantes e pesarem menos na decisão de desencadear o golpe do que a «remodelação» agrária anunciada por Montt. Embora tal remodelação não tocasse grandemente, nos privilégios dos senhores da terra – 98 por cento das terras encontram-se nas mãos de 2 por cento da população –, o projecto assustou a grande burguesia. Por outro lado, veladamente, dizia-se que os Estados Unidos não estavam contentes com o seu servidor...

O certo é que os Estados Unidos mobilizam milhões de dólares, milhares de lacaios, entre os quais generais como Rios Montt ou Oscar Mejia, para deitar água na fervura centro-americana. Recentemente, o director da CIA, William Casey, defendeu perante uma comissão do Senado dos EUA a «necessidade» de aumentar as pressões militares sobre a Nicarágua, tendo revelado que a CIA vai juntar mais três mil contra-revolucionários aos 12 mil que actuam para derrubar o regime sandinista. Ao mesmo tempo anunciou que pedira 30 a 50 milhões de dólares para subsidiar as actividades contra a Nicarágua.

O golpe guatemalteco, a «pressão» contra a Nicarágua, as manobras de guerra nas Honduras, a «ajuda» ao regime de El Salvador, são peças de um mesmo «puzzle». O cenário completo é a desagregação de uma velha América Central que escapa cada vez mais à influência do imperialismo norte-americano, perante o desespero da Casa Branca.

Solidariedade com os comunistas do Sri Lanka

Na sequência dos acontecimentos registados no Sri Lanka, o Secretariado do Comité Central do PCP enviou na passada semana os seguintes telegramas:

Ao Presidente da República do Sri Lanka:

«Exprimimos firme protesto ilegalização Partido Comunista Sri Lanka, prisão seus dirigentes e outros democratas. Exigimos imediata libertação presos políticos.»

Ao Comité Central do Partido Comunista do Sri Lanka:

«Tomámos conhecimento da ilegalização do vosso Partido, da prisão do seu Secretário-Geral, camarada K. P. Silva e de outros dirigentes e da repressão que se abate sobre as forças democráticas. Manifestamo-vos a nossa solidariedade militante à vossa luta pela libertação dos presos políticos e restabelecimento da legalidade democrática.»